e-Tec Brasil
Escola Técnica Aberta do Brasil

Contabilidade Básica

Ciro Bächtold

INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ
Educação a Distância

Curitiba-PR
2011

Sumário

Aula 1 – Introdução à Contabilidade Básica **161**
1.1 Conceito de contabilidade 162
1.2 Usuários da contabilidade 162
1.3 Evolução histórica 164
1.4 O pai da contabilidade 167

Aula 2 - Definições de Contabilidade **169**
2.1 Definindo contabilidade com grandes mestres 169
2.2 A Contabilidade e suas funções 170
2.3 Aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio 170

Aula 3 – Definição de patrimônio **173**
3.1 Patrimônio 173
3.1.4 Patrimônio Líquido 176

Aula 4 – Elementos de resultado e sua influência no patrimônio **179**
4.1 Elementos de Resultado 179

Aula 5 – Situações patrimoniais possíveis **183**
5.1 Situação líquida positiva ou superavitária 183
5.2 Situação líquida negativa ou deficitária 183
5.3 Situação líquida nula 184

Aula 6 – Organização das contas na contabilidade **187**
6.1 Organização previsão legal 187
6.2 Demonstrações financeiras 188

Aula 7 – Contas do ativo (bens + direitos) **193**
7.1 Classificação das contas do Ativo 193

Aula 8 – Contas do passivo (obrigações + patrimônio líquido) **199**
8.1 Classificação das contas do Passivo 199

Aula 9 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) **203**
9.1 Demonstração de Resultado do Exercício 203
9.2 ARE – Apuração do Resultado do Exercício 204

Aula 10 – Plano de Contas **207**
10.1 Plano de contas 207

Aula 11 – Noções de débito e crédito **215**
11.1 Débito e Crédito 215

Aula 12 – Entendendo o registro contábil **221**
12.1 São elementos essenciais do registro contábil 221
12.2 Lançamento contábil 221
12.3 Escrituração 222

Aula 13 – Atos e fatos administrativos **225**
13.1 Classificação dos Fatos Administrativos 225

Aula 14 – Exercício de contabilização - I **229**
14.1 Contabilizando 229
14.2 Sistema de controle de estoque 230

Aula 15 – Exercício de contabilização - II **235**
15.1 Fatos administrativos para contabilização 235

Aula 16 – Balancete de verificação **239**
16.1 Balancete de verificação 239

Aula 17 – Regimes de apuração do resultado **243**
17.1 Competência 243

Aula 18 – Os princípios fundamentais da contabilidade **249**
18.1 Os Princípios Fundamentais da Contabilidade – Resolução n. 750/93 249

Aula 19 – Folha de Pagamento **257**
19.1 Cálculo da Folha de Pagamento 257

Aula 20 – Contabilização da folha de pagamento **261**
20.1 Dados para o cálculo da folha de pagamento 261
20.2 Encargos da Empresa 262
20.3 Contabilização 263
20.4 Tabela de Incidências 263
20.5 Desconto de vale-transporte 267

Referências **271**

Atividades autoinstrutivas **273**

Currículo do professor-autor **289**

Palavra do professor-autor

A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos de que se tem notícia. Surgiu da necessidade de controle das posses e riquezas, ou seja, do patrimônio. Há a hipótese de que a contabilidade tenha surgido antes da escrita, dado a sua importância para o homem.

A importância deste ramo do conhecimento para o progresso dos negócios é indiscutível. Não se pode imaginar uma entidade, pública ou privada, detentora de patrimônio e desprovida de contabilidade. Pois através de aplicação de técnicas próprias da contabilidade, é possível controlar o quanto a entidade tem para receber e a pagar, o valor dos seus bens, enfim todas as variações ocorridas nos elementos componentes do patrimônio durante um período determinado.

O programa foi distribuído em ordem sequencial e progressiva de assuntos, de forma a facilitar o aprendizado, sendo que cada assunto torna-se importante para quem deseja administrar uma empresa.

A contabilidade apresenta termos técnicos que chamamos de terminologia ou nomenclatura, que são essenciais na linguagem comercial. É a linguagem que o administrador precisa conhecer e se familiarizar com ela.

Aproveite ao máximo os seus momentos de estudo, desfrutando deste livro didático de fácil explicação, exercícios de fixação dos conteúdos, sugestões de filmes e de *sites* pertinentes ao assunto estudado. E terá ainda a sua disposição para auxiliá-lo em seu estudo a tutoria e o ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Autor
Prof. Ciro Bächtold

Aula 1 – Introdução à Contabilidade Básica

O objetivo desta aula é que você, futuro técnico em Administração, perceba não só a importância da contabilidade para as instituições, como também valorize a história da contabilidade, seus precursores, usuários, conceitos e tudo que possa esclarecer e minimizar a aversão que aparentemente as pessoas têm da CONTABILIDADE.

A primeira pergunta que você, por ventura, pode já ter feito é: **Por que estudar contabilidade se o curso é de administração?**

Lembra das quatro funções básicas da administração? Exatamente! A famosa sigla: PODC (Planejamento, Organização, Direção e Controle). A contabilidade tem tudo a ver com as funções básicas da administração. Vamos, agora, relembrar cada uma das funções:

- **Planejamento** – Como planejar se não sabemos ao certo avaliar os recursos que temos? A contabilidade permite registrar e mensurar os recursos da empresa. Sem os relatórios contábeis, qualquer planejamento é inconsistente.
- **Organização** – A contabilidade responde pelo levantamento e organização de cada elemento que pode ser mensurado monetariamente na empresa.
- **Direção** – A tomada de decisões e a consequente execução, ou direção, será prejudicada se não tivermos os relatórios que serão extraídos da contabilidade.
- **Controle** – Não existe ciência no mundo, que se dedique a registrar e controlar o patrimônio de uma empresa, do que a contabilidade. Ela nasceu com essa finalidade, e apresenta técnicas que são úteis inclusive para que se evitem fraudes nas empresas.

Prezado aluno aprender contabilidade é fundamental para qualquer pessoa que deseja administrar uma empresa. A contabilidade apresenta termos técnicos que chamamos de terminologia ou nomenclatura, os quais são essenciais na linguagem comercial, por ser a linguagem que o administrador precisa conhecer e se familiarizar com ela.

1.1 Conceito de contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social que através da execução de serviços técnicos, ou seja, controla, organiza, estuda e avalia o patrimônio de uma entidade (física ou jurídica) permanentemente.

Um dos objetivos da Contabilidade é gerar informações para a tomada de decisões, conhecida como Contabilidade Gerencial. Por isso, é fundamental a existência de ferramentas que possibilitem conhecer a real situação e atender a esta missão. Compete à Contabilidade registrar os atos e fatos administrativos e produzir informações que possibilitem ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar os objetivos da entidade.

Todas as empresas nascem com uma finalidade. A grande maioria das empresas visa resultados financeiros; outras buscam resultados sociais; outras buscam expansão. Mas no final, todas buscam atingir os objetivos traçados.

A contabilidade é indispensável para que a empresa realize negócios, por exemplo, com órgãos governamentais (por meio de contratos e licitações), ou com os bancos, com fornecedores, etc. Além desta necessidade convencional, observa-se a expansão do mercado de ações no Brasil. E neste aspecto a Contabilidade se apresenta como o grande pilar na veracidade da informação e, consequentemente, na credibilidade da companhia perante seus investidores. Nos últimos anos, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) vem realizando pesquisas para detectar o índice de mortalidade (fechamento) das empresas no primeiro ano de vida (abertura). Na mais recente pesquisa, os números apontavam que cerca de 48% dos negócios são fechados antes de completar 12 meses de funcionamento. A principal causa desta mortalidade é a falta de planejamento e controle dos negócios. Em suma, é a falta de Contabilidade. (Fonte: Agnaldo Silva).

1.2 Usuários da contabilidade

Entre os usuários e interessados, podemos citar:

- Sócios
- Administradores
- Fornecedores
- Clientes
- Empregados
- Bancos

- Investidores
- Concorrentes
- A comunidade (sociedade)
- Governo
- Outros (por diversos motivos, inclusive a curiosidade).

Geralmente, os usuários são classificados como:

a) **Internos**: são as pessoas internas à entidade, como é o caso do gerente e do diretor. Os usuários internos usam a contabilidade para ajudar no processo de tomada de decisão. Entre as diferentes situações em que é possível utilizar a contabilidade, citamos a situação na qual o administrador está estudando a viabilidade de uma filial. Por meio da mensuração do resultado pela contabilidade, será possível determinar o fechamento (ou não) desta filial.

b) **Externos**: são pessoas que utilizam as informações contábeis para o processo decisório. Entretanto, ao contrário dos usuários internos, o acesso às informações é mais limitado, por possuir menor possibilidade de obter informações sobre a entidade. (SILVA, 2007)

A **análise interna** é realizada dentro da entidade por seus próprios empregados, e visa informar administradores e diretores, auxiliando-os nas tomadas de decisões. Por pertencerem à própria entidade (objeto da análise), os analistas não encontram dificuldades para coletar os dados necessários a realizar suas tarefas, tendo inclusive acesso aos controles internos. Por isso, a análise interna é considerada a mais completa.

A **análise externa** é efetuada fora da entidade (objeto da análise), e seu objetivo é informar aos interessados acerca da situação econômica ou da estabilidade da entidade para concretização de negócios, concessões de cré-

ditos e financiamentos. É efetuada por profissional externo, normalmente pertencente às entidades interessadas na análise. Nesse caso, o analista tem em mãos somente as demonstrações financeiras publicadas pela entidade, além de alguns esclarecimentos adicionais, constantes dos relatórios ou das notas explicativas que acompanham as demonstrações. (RIBEIRO, 2004)

Pode-se dizer que o campo de aplicação da contabilidade abrange todas as pessoas físicas e jurídicas, inclusive órgãos públicos e empresas sem finalidade lucrativa. Todos os responsáveis na gestão do patrimônio são potenciais interessados no aprendizado das técnicas contábeis, visando o registro, gestão e controle do patrimônio, de acordo com a legislação vigente. Resumindo: a contabilidade é de interesse de pessoas físicas e jurídicas, independente da forma jurídica de constituição da empresa, sua composição societária, seu porte, ramo de atividade, seu enquadramento legal para recolhimento de impostos e até mesmo sua finalidade.

Acredito que você deve estar se perguntando: **Qual é a origem desta ciência tão importante? Como surgiu a contabilidade?**

É comum surgir alguém respondendo que contabilidade é a habilidade de fazer contas. Porém, os alunos se surpreendem quando no decorrer das aulas descobrem que na contabilidade raramente se usa mais do que as operações básicas da matemática: adição, subtração, multiplicação e divisão. Ou seja, muito mais que cálculo. A contabilidade é técnica, é procedimento, é conduta, é cumprimento de normas.

Antes de respondermos a pergunta acima, é importante conhecermos um pouco mais sobre a história da contabilidade.

A-Z

Sedentarização ou sedentarismo
É o processo pelo qual a humanidade deixou de ser nômade (pessoa que não tem habitação fixa; permanentemente muda de lugar), e passou a fixar-se em grupos. O desenvolvimento do sedentarismo proporcionou a aglomeração populacional e o seu aumento, levando à formação de vilas, cidades e outras formas de comunidades. A palavra sedentário é relativa a pessoa que não prática exercício físico, que está quase sempre sentado (no trabalho ou em casa), e que não exercita o corpo e o conserva inativo.

1.3 Evolução histórica

A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos da humanidade, e surgiu em função da necessidade que o ser humano tem de controlar suas posses e riquezas, ou seja, o seu patrimônio. É tão antiga quanto à própria humanidade. Há inclusive, hipóteses de que a contabilidade tenha surgido antes mesmo da escrita e até que tenha sido base para o surgimento desta. (Ávila, 2006)

Em termos históricos, registros indicam que a ciência contábil praticamente surgiu com o advento da civilização. Com a **sedentarização** da humani-

dade e a descoberta da capacidade do homem de armazenar bens, nasceu a necessidade de controle desses bens. Há evidências históricas de registro contábeis nas civilizações dos sumérios, babilônios, assírios, egípcios, hebreus, gregos, etc. (Padoveze, 2008)

Já nos primeiros registros da escrita (aproximadamente em 3.000 a.C.), percebe-se a existência de um primitivo controle de riqueza e posses na civilização suméria, o mesmo povo a quem se credita a autoria do calendário e dos números decimais. Sendo a escrita uma sucessão de símbolos com significados, a probabilidade de registro de bens ser anterior ao surgimento da escrita é muito grande. Há quem defenda que os primeiros registros contábeis tenham ocorrido a mais de 6.000 anos atrás.

Antônio Lopes de Sá, um dos maiores escritores sobre a contabilidade, no livro História Geral e das Doutrinas da Contabilidade (1997), comenta que os primeiros registros foram feitos em tábuas de argila, na Suméria. Para saber o movimento de um dia, os registros eram anotados em uma tábua maior, surgindo o diário. Ao classificar as tábuas da mesma natureza, surgiu o razão.

Admite-se que foram os sumérios e babilônios os autores do sistema de "débito" e "crédito", baseado na identificação mental do que "é meu" e do que "é seu". As contas, como instrumentos de registros, já haviam nascido como primeiras manifestações inteligentes do homem, mesmo antes que esse tivesse inventado a escrita ou soubesse calcular.

As provas de tais origens remotas, provenientes do **Paleolítico Superior,** existem em várias partes do mundo (inclusive nas grutas de Montalvânia, em Minas Gerais). Tais provas foram objetos de trabalho de Antônio Lopes de Sá apresentado na Itália em homenagem aos 450 anos da Universidade de Messina, em Convenção Internacional de História da Contabilidade realizado em Taormina, na Sicília.

Fonte: www.lopesdesa.com.br - (LOPES DE SÁ, 2004)

Encontramos na Bíblia, mais especificamente no livro de Jó, capítulo 1, v. 3, a descrição do patrimônio do homem, chamado Jó:

> "Possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois, e quinhentas jumentas; era também mui numeroso o pessoal ao seu serviço, de maneira que este homem era o maior de todos os do Oriente".

A-Z

Período Paleolítico
É a era histórica mais extensa da humanidade: abrange por volta de 3 milhões de anos atrás até cerca de 10.000 a.C. . Foi nesse período que os grupos humanos começaram a utilizar utensílios de chifres de animais ou de rochas para desenvolverem a caça e se protegerem de outros grupos nômades, formando objetos pontudos – ou lascas – que deu margem para que essa era também ficasse conhecida como Idade da Pedra Lascada. (Fonte: www.infoescola.com/pre-historia/periodo-paleolitico)

Podemos resumir a evolução da ciência contábil da seguinte forma:

Contabilidade do mundo antigo - período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando Leonardo Fibonacci publica o *Liber Abaci*, um **compêndio** sobre cálculo comercial.

Figura 1.1 - Leonardo Fibonacci.
Fonte: www.alltomvetenskap.se

A-Z

Compêndio
Obra (livro) em que se encontra resumido o mais indispensável de um estudo.

Contabilidade do mundo medieval - período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, com o surgimento do *Tratactus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas), de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos.

Esta obra representa o marco básico na evolução da contabilidade. Pacioli é considerado, portanto o "pai dos autores de contabilidade".

Figura 1.2 - Retrato de Frei Luca Pacioli, obra de Jacopo De Barbari, 1495.
Fonte: http://tipografos.net/historia/lucapacioli.jpg

Contabilidade do mundo moderno - período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "*La Contabilità Applicatta alle Amministrazioni Private e Pubbliche*", de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

Contabilidade do mundo científico - período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje. A obra de Francesco Villa, em 1840, é considerada o marco inicial da contabilidade como ciência.

Fonte: www.portaldacontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm

1.4 O pai da contabilidade

Título dado ao Frei italiano Luca Pacioli, que em 1494, em Veneza/Itália, publicou a obra "*Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proporcionalitá*", de onde se destaca o Tratado XI, do título IX denominado "*De computis et scripturis*" (Tratado particular de conta e escrituração). Foi a primeira apresentação escrita do método das partidas dobradas.

O processo de registros contábeis que se consagrou por uma "equação" ou igualdade entre o débito e o crédito de contas, alega o emérito professor Federigo Melis, haver surgido na Itália, acredita-se, entre os anos de 1250 e 1280.

Ninguém conseguiu, até os nossos dias, identificar o autor das "partidas dobradas" nem apresentar provas das aplicações destas, tal como fizeram os italianos antes da época referida (embora existam antiquíssimos documentos que autorizam a crer que a intuição para o processo tenha nascido no Oriente).

Há mais de sete séculos, adota-se um critério que se tornou insuperável, e cuja natureza é de evidenciar "causa" e "efeito" de um ou mais fenômenos patrimoniais. (LOPES DE SÁ, 2004)

Para saber mais sobre os primeiros registros da contabilidade, entre no *site* http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm.

A contabilidade é uma das ciências mais antigas e nasceu da necessidade de registrar e controlar o patrimônio das pessoas. Acesse no Youtube, o vídeo A História da Contabilidade, feito pela Fundação Brasileira de Contabilidade: http://www.youtube.com/watch?v=qw5wbbPwXTg.

Curiosidade

A Primeira Profissão Regulamentada no Brasil

A contabilidade foi a primeira profissão regulamentada no Brasil. Ela surgiu com a criação do ensino comercial, em 1931, viabilizando os negócios e acelerando o desenvolvimento econômico. Porém, como não existia o curso superior de ciências contábeis, muitos profissionais não tinham conhecimentos teóricos e técnicos suficientes para detectar os problemas de uma empresa e recomendar suas soluções. Visando solucionar isto, foi criado em 1945, o curso de ciências contábeis, que disponibilizava à sociedade um profissional capaz de compreender as questões técnicas, científicas e econômicas que determinavam a resolução de tais problemas de forma mais eficaz.

Assim, a contabilidade passou a dar mais respaldo aos gestores e profissionais de cargos administrativos para proporcionar a "saúde financeira" de seus empreendimentos.

(Fonte: www.sesconserragaucha.com.br/curiosidades acesso em 26/12/2009)

Aula 2 - Definições de Contabilidade

Nesta aula vamos aprofundar mais nosso conhecimento, partindo dos conceitos que são fundamentais para o entendimento de qualquer assunto, e vamos fazer isso na companhia de vários mestres.

O 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que aconteceu de 17 a 24 de agosto de 1924, aprovou como oficial, a seguinte definição para a contabilidade:

"É a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica".

2.1 Definindo contabilidade com grandes mestres

1. A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do patrimônio da empresa. (Ribeiro, 1997)

2. A Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio, objetivando demonstrá-lo e evidenciar suas variações, e também servir como instrumento básico para a tomada de decisões de todos os setores direta ou indiretamente envolvidos com a empresa.

   É a ciência que estuda e pratica, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza econômica. (Prof. Hilário Franco)

3. Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade. (Fabretti, 1997)

A eficiência e exatidão dos registros contábeis são fundamentais para que a administração possa planejar suas ações.

A contabilidade, entre outras funções, é instrumento gerencial para a tomada de decisões. Deve estar atualizada, emitir relatórios simples, claros e objetivos para o administrador. Portanto, sem os relatórios precisos e atualizados, não há possibilidade alguma de se apresentar um planejamento sério e coerente.

2.2 A Contabilidade e suas funções

Veja a lista de funções da contabilidade:

- Registrar os fatos administrativos (memória).
- Demonstrar e controlar as mutações patrimoniais (controle).
- Servir como elemento de prova em juízo ou tribunal.
- Fornecer elementos para que os acionistas ou sócios possam examinar as contas da diretoria e aprová-las ou não.
- Demonstrar ao fisco o cumprimento da legislação tributária.
- Fornecer dados para a tomada de decisões, etc.

Fundamental é sem dúvida a função de fornecer elementos para a correta gestão do negócio, permitindo tomada de decisões eficazes. (Lembrar a diferença: eficiência é fazer bem feito; eficácia é fazer o que tem que ser feito, da forma possível e no momento certo). (FABRETTI, 1997)

2.3 Aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio

Já foi possível perceber que a história da contabilidade está ligada ao controle do patrimônio e suas mutações. Portanto, a partir de agora, vamos conhecer requisitos fundamentais para o controle do patrimônio.

Lembra do relato apresentado sobre o patrimônio do personagem bíblico Jó, da primeira aula? **Você saberia precisar ou estimar a riqueza deste personagem?** Ou melhor, quando você diz que tem em seu patrimônio um carro, um valor para receber de um amigo e tem algumas dívidas pequenas. **É possível saber o valor do seu patrimônio?**

Pois bem, na contabilidade, qualquer registro só poderá ser feito se respeitar dois aspectos. Assim, para poder avaliar corretamente um patrimônio e suas variações é necessário que os elementos desse patrimônio apresentem:

1. **Aspecto qualitativo**: É o nome que qualifica o patrimônio. Deve ser claro o bastante para identificar o que está registrado neste nome. Quanto mais simples e claro for o nome dado aos elementos, melhor será para identificar o que está sendo registrado na contabilidade. Exemplos: veículos, mercadoria para revenda, caixa (dinheiro), banco (saldo no banco), cliente (quem compra da minha empresa), fornecedor (quem vende para a minha empresa) e muitos outros.

2. **Aspecto quantitativo**: Observa em que quantidade este elemento aparece, e também o seu valor monetário. Exemplos: veículos R$ 20.000,00; caixa R$ 110.000,00; banco R$ 18.124,16; cliente R$ 11.222,00; fornecedor R$ 5.895,00.

3. **Conta –** É o nome técnico utilizado para registrar os elementos, levando em consideração os aspectos qualitativos e quantitativos. Simplificando, é como se todos os elementos dentro da contabilidade tivessem um endereço. Sempre que formos movimentar um elemento faremos registro neste endereço, que recebe o nome de conta, alterando o saldo deste elemento.

Ex: Caixa R$ 12.000,00, Veículo R$ 42.000,00, Banco R$ 5.220,00, Clientes R$ 8.221,50, Fornecedores R$ 4.560,80, Capital Social R$ 50.000,00, etc.

Agora, é possível que uma dúvida tenha surgido. Muito se falou sobre o patrimônio, mas você deve estar curioso para saber quais são os elementos que compõem um patrimônio, não é verdade? Aguarde, pois veremos na próxima aula.

Atividade de aprendizagem

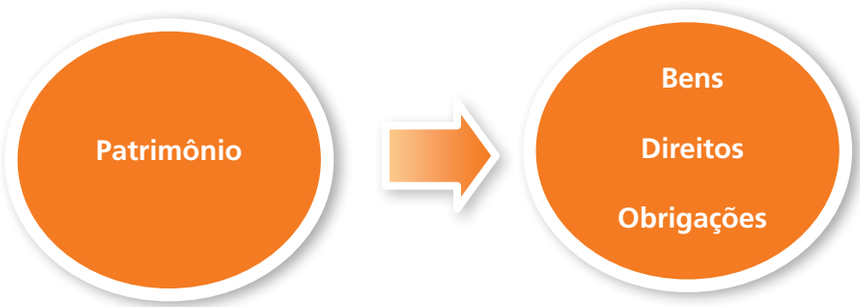
Com os conhecimentos adquiridos nesta aula, faça um breve levantamento do seu patrimônio. Não tenha receio, anote tudo que você acredita fazer parte.

Aula 3 – Definição de patrimônio

Deixamos uma pergunta na aula passada não foi? Então, vamos respondê-la. Mas, primeiramente, você vai conhecer a definição de Patrimônio. É fácil! Vamos lá!

3.1 Patrimônio

A princípio, quando se fala em patrimônio, pensamos ser tudo o que a pessoa tem, ou seja, nas posses. Porém, com a evolução das relações comerciais, juntou-se ao patrimônio também os direitos e as obrigações das pessoas. Assim, o patrimônio é o conjunto dos bens, direitos e as obrigações.



3.1.1 Bens

São os elementos que podem ser avaliados monetariamente e podem ser destinados para uso, troca ou venda. **Os bens possuem utilidade, pois são eles que satisfazem as necessidades de seus proprietários**.

Na sequência, algumas classificações de bens importantes na contabilidade:

1. **Bens Permanentes** – São bens que possuem vida longa, e são adquiridos para serem utilizados na empresa, ou seja, não são destinados à venda. **Ex**: veículo, máquinas, ferramentas.

2. **Bens de Consumo** – São adquiridos para utilização dentro da empresa, e que serão consumidos a curto prazo, geralmente dentro do próprio exercício em que foram adquiridos. **Ex**: material de expediente, material de limpeza.

3. **Bens móveis** – são bens suscetíveis de remoção sem dano em seu estado físico e de utilização. **Ex**: veículos, animais, máquinas, móveis, equipamentos.

4. **Bens imóveis** – bens que não podem ser deslocados de seu lugar de origem (solo e subsolo) sem dano físico ou de utilização. São aqueles que se deslocados terão que ser total ou parcialmente danificados. **Ex:** casa, terreno, edifício, reflorestamento, etc.

5. **Bens Corpóreos (tangíveis)** – sãos bens que constituem corpo físico, ou seja, possuem matéria e podem ser tocados. **Ex**: carros, máquinas, mercadorias, enfim a grande maioria dos bens.

6. **Bens incorpóreos (intangíveis)** – são bens que não constituem matéria, ou seja, não podem ser tocados. Mesmo assim, esses bens são passíveis de avaliação econômica e devem ser registrados na contabilidade por seu valor de mercado. **Ex**: nome comercial, benfeitoria em imóvel de terceiros, fundo de comércio, marca, patente, licença de uso de direitos autorais, licença de uso de marca, entre outros.

3.1.2 Direitos

São os elementos que representam os bens que estão em poder de terceiros. Geralmente aparecem acompanhados da expressão "a receber", "a compensar", a "recuperar", "a creditar", ou outra similar, indicando a promessa de recebimento ou que permita recuperar parte do bem transferido. **Exemplo:** contribuições a receber, títulos a receber, adiantamento concedido (neste caso mesmo sem a expressão, trata-se de um direito, porque alguém recebeu o adiantamento e deverá devolver o valor recebido).

Resumindo

Direitos são bens (ou o seu equivalente) em recursos financeiros de propriedade da empresa, que se encontram momentaneamente em poder de terceiros. **Ex:** duplicatas a receber, clientes (ele já levou a mercadoria e está devendo), contas a receber, impostos a recuperar (eu tenho um crédito tributário junto ao governo), etc.

Chegou a hora de conhecer o que representam as expressões Ativo e Passivo, tão famosos dentro da contabilidade

Ativo - Representa os valores positivos do patrimônio (**bens + direitos**). É **onde estão aplicados os recursos da empresa**.

Para ser Ativo é necessário que qualquer item preencha quatro requisitos simultaneamente:

a) Constituir bem ou direito da empresa.

b) Ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa.

c) Ser mensurável monetariamente.

d) Trazer benefícios presentes ou futuros.

(Fonte: IUDÍCIBUS, 1998)

3.1.3 Obrigações

É a responsabilidade de pagamento por bens adquiridos ou despesas realizadas. São bens de propriedade de terceiros que estão em poder da empresa, ou são dívidas contraídas em virtude de despesas. Quando se compra um bem ou se contrata um serviço, tanto um quanto o outro devem ser pagos Portanto, temos aqui uma obrigação, uma dívida que poderá ser paga imediatamente ou a prazo. As obrigações na contabilidade recebem o nome técnico de **exigível**, por se exigir da empresa o pagamento das dívidas. Assim, quando uma empresa compra mercadoria a prazo, ela passa a ter a obrigação de pagar o valor da compra no prazo acordado. Uma despesa sempre vai gerar também um pagamento, portanto uma obrigação. As obrigações representam as dívidas com terceiros, ou seja, com as pessoas de fora da empresa. Geralmente aparecem acompanhadas da expressão: "a pagar", "a recolher", "passivos", "a liquidar" ou outra similar. **Exemplo**: salários a pagar, impostos a recolher, fornecedor, entre muitas outras.

Resultado do Patrimônio = Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é a diferença entre os valores positivos (bens mais direitos) menos os valores negativos (obrigações). Neste espaço, fica registrado o capital investido na empresa, chamado de capital social, as reservas de recursos (uma poupança com finalidade específica) e também os lucros ou prejuízos que a empresa obtém. Como este saldo mostra a participação dos sócios na empresa, o patrimônio líquido é conhecido como capital próprio (capital dos sócios). Exemplo: capital social, reserva de capital, reserva legal, prejuízos acumulados.

Resumo do Patrimônio

Patrimônio	=	Bens, Direitos e Obrigações
		Bens + Direitos – São os elementos positivos (+).
		Obrigações – São os elementos negativos (-).
Patrimônio Líquido	=	A diferença entre os valores positivos e negativos,
		PL = Bens + Direitos - Obrigações

3.1.4 Patrimônio Líquido

O PL está representado no lado do passivo, para haver o equilíbrio, aí o nome de Balanço Patrimonial. Justifica-se estar no lado do passivo também por se tratar de uma dívida da empresa com os seus sócios ou acionistas. No caso de fechamento da empresa, é o montante que deverá ser pago aos sócios.

Ativo **=** **Passivo**
(Bens + Direitos) **(Obrigações + PL)**

Figura 3.1 - Balança do patrimônio ativo e passivo.
Fonte: www.grupokeystone.com.br

Por isso, sempre o total do ativo será exatamente igual ao total do passivo.

Representação gráfica do Patrimônio

ATIVO	PASSIVO
Bens + Direitos	Obrigações (exigibilidades)
	Patrimônio Líquido

Total do Ativo	=	Total do Passivo
Valores positivos	=	Valores negativos (+ Patrimônio Líquido)
Aplicação dos recursos		**Origem ou fonte dos recursos**
(onde foi investido o dinheiro)		**(onde conseguiu o dinheiro)**

Ativo é composto por:

Bens e Direitos } Aplicação de recursos

Passivo é composto por:

Obrigações
(Capital de terceiros) (Exigível)

Patrimônio Líquido
(Capital próprio dos sócios ou acionistas) } Origem ou fonte dos Recursos

Atividade de Aprendizagem

1. Classifique os elementos patrimoniais do quadro em:

1	Bens, Direitos ou Obrigações
2	Positivo ou Negativo
3	Ativo ou Passivo

ELEMENTOS	1	2	3
Clientes	**Direito**	**Positivo**	**Ativo**
Caixa			
Empréstimos Bancários			
Financiamentos a Pagar			
Empréstimos a Sócios			
Empréstimos de Sócios			
SIMPLES a Recolher			
IPI a Recolher			
Títulos a Receber			
Terrenos			
INSS a Pagar			
Computadores			
Contas a Receber			
Salários a Pagar			
Banco conta corrente			
FGTS a Pagar			
Fornecedores			
Títulos a Pagar			
Máquinas e Equipamentos			
COFINS a Recolher			
PIS a Recolher			
Duplicatas a Receber			
Contas a Pagar			
ICMS a recuperar			
Estoque de Mercadorias			
Móveis e Utensílios			
Aluguéis a Pagar			
Comissões a Pagar			
ICMS a Recolher			
Duplicatas a Pagar			
Encargos Sociais a Pagar			
Água, Luz e Telefone a Pagar			
Veículos			
Provisão para Imposto de Renda a Pagar			
Provisão para Contribuição Social a Pagar			

Adaptado de RIBEIRO, 1997.

Aula 4 – Elementos de resultado e sua influência no patrimônio

Esta aula é importantíssima, pois o resultado é o objetivo fim das empresas, ou seja, o LUCRO. Então, vamos entender como funciona e como afeta o patrimônio!

Durante o **exercício fiscal** (ano) o patrimônio poderá aumentar ou diminuir, dependendo da movimentação dos elementos que compõem este patrimônio e também pelas atividades realizadas que poderão produzir receitas ou despesas que afetam o patrimônio positiva ou negativamente.

A-Z

Exercício Fiscal
Também intitulado ano fiscal (período de doze meses, formado por quatro trimestres). No Brasil coincide com o ano civil, ou seja, inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro, mas em empresas estrangeiras o exercício fiscal pode variar.
Exemplo: O exercício fiscal americano tem seu início em outubro de um ano e acaba em setembro do ano seguinte.

4.1 Elementos de Resultado

São os elementos representados pelas **receitas e despesas** que no final do exercício apontarão o **resultado,** podendo ser **positivo,** lucro (chamado de superávit na contabilidade pública) ou **prejuízo** (chamado déficit na contabilidade pública).

4.1.1 Receita

Entrada de recursos financeiros, geralmente proveniente da venda de bens ou serviços. Uma característica da receita é produzir recursos que se forem maiores que as despesas, gerarão o lucro da empresa. **Exemplo:** venda de bens, venda de serviços, descontos obtidos, juros recebidos, etc. Resumindo, é somente através das receitas que a empresa obtém lucro.

4.1.2 Despesa

Caracterizada pelo consumo de bens ou serviços, ou ainda, pela saída de recursos financeiros sem aumento do patrimônio ou aquisição de um bem para consumo rápido, geralmente durante o exercício. As despesas ocorrem a todo o momento e são comuns na empresa. **Exemplos**: água, luz, telefone, salário do mês, depreciação (perda do valor de um bem em virtude de seu uso), propaganda e publicidade, combustível, correio, aluguel, material de expediente, material de limpeza, manutenção de imóvel, impostos sobre as vendas, descontos concedidos, comissões de funcionários, etc. Resumindo, sempre haverá uma despesa quando for preciso desembolsar recurso financeiro, mesmo que não seja à vista, sem obtenção de um bem ou direito que aumentem os valores positivos da empresa.

4.1.3 Resultado do Exercício

É a diferença entre as receitas e despesas. Será positivo (lucro/superávit) quando as receitas forem maiores que as despesas ou negativo (prejuízo/déficit) quando as receitas forem menores que as despesas. O resultado do exercício deverá ser incorporado ao patrimônio, aumentando quando houver lucro/superávit; diminuindo quando houver prejuízo/déficit.

Receitas:

Vendas de produtos, mercadorias ou serviços = aumentam o Ativo

À vista → entrada de dinheiro em Caixa

A prazo → gera direitos a receber

Despesas:

Gastos realizados nas atividades da empresa sem aumento do ativo,

Consumo de bens.

À vista → saída de dinheiro em Caixa

A prazo → aumento das dívidas.

RECEITAS E DESPESAS
Receitas > Despesas = Lucro
Receitas < Despesas = Prejuízo

Representação gráfica da Apuração do Resultado do Exercício

Apuração do Resultado do Exercício
Receitas (+) → Origem de recursos para a empresa
Despesas (-) → Aplicação de recursos da empresa
= Lucro (superávit) ou Prejuízo (déficit) líquido do exercício

Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Bens + Direitos	Obrigações + P L (+) lucro ou (-) prejuízo
Total do Ativo	Total do Passivo

Atividade de aprendizagem

A seguir, classifique os elementos de resultado constantes no quadro em:

1	Positivo ou Negativo
2	Receita ou Despesa

ELEMENTOS	1	2
Aluguel	**Negativo**	**Despesa**
Conta de luz		
Venda de mercadoria		
Conta de água		
Multa de trânsito		
Descontos concedidos		
Descontos obtidos		
Salários do mês		
Conta do telefone		
Taxas bancárias		
ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza)		
Venda de serviço		
Venda de bem do ativo		
Honorário do contador		
INSS		
FGTS		
Comissões de vendedores		
Juros de empréstimo bancário		
Material de expediente		
Material de limpeza		
Venda de bem do ativo		
Propaganda e publicidade		
Combustível		
Lanches e refeições		
Seguro		
ICMS (Imposto sobre a circulação de mercadoria)		

Aula 5 – Situações patrimoniais possíveis

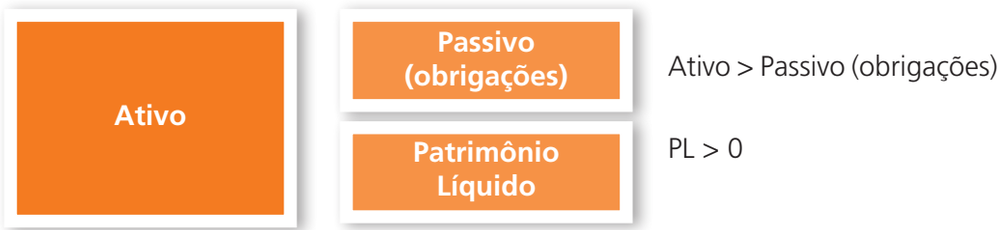
O foco da aula de hoje é evidenciar as situações patrimoniais possíveis denominadas de Situação Líquida. São três situações que podemos encontrar.

Relembrando

Patrimônio Líquido = Ativo (bens + direitos) – Passivo (obrigações)

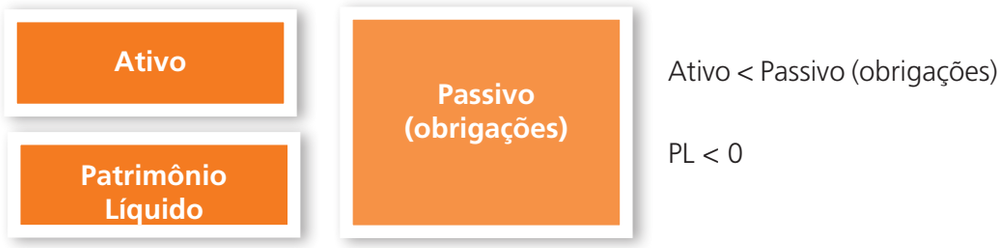
5.1 Situação líquida positiva ou superavitária

Ocorre quando o conjunto de bens e direitos é maior do que as obrigações. Neste caso, o Patrimônio líquido será positivo. É também conhecida como situação líquida ativa, pois o ativo é maior do que o passivo exigível (obrigações com terceiros).



5.2 Situação líquida negativa ou deficitária

Ocorre quando o conjunto de bens e direitos é menor do que as obrigações. Neste caso o patrimônio líquido será negativo. É também conhecida como situação líquida passiva, pois o passivo (obrigações) é maior do que o ativo. Em linguagem técnica, é chamado de Passivo a Descoberto, uma vez que a empresa não consegue cobrir (honrar) as obrigações com terceiros.



5.3 Situação líquida nula

Ocorre quando o conjunto de bens e direitos é igual às obrigações. Neste caso, o patrimônio líquido será igual a zero, ou nulo.

Ativo = Passivo (obrigações)

PL = 0

O Patrimônio Líquido será registrado no lado direito quando for positivo, e no lado esquerdo quando for negativo, para que haja igualdade entre os dois lados do Balanço Patrimonial.

Atividade de Aprendizagem

1. Encontre a Situação Líquida Patrimonial

Contas:	Situação 1	Situação 2	Situação 3
Caixa	500,00	400,00	300,00
Bancos conta Movimento	800,00	300,00	700,00
Duplicatas a Receber	300,00	100,00	200,00
Impostos a Recuperar	250,00	200,00	100,00
Fornecedores	150,00	500,00	1.000,00
Empréstimo a Pagar	400,00	850,00	300,00
Situação Líquida Patrimonial			

2. Classifique cada conta e apure a Situação Patrimonial Líquida:

1	Bens, Direitos ou Obrigações
2	Positivo ou Negativo
3	Ativo ou Passivo

A. CONTA	R$	1	2	3
Caixa	800,00			
Clientes	500,00			
Fornecedores	250,00			
Utensílios	300,00			
Salários a pagar	220,00			
Duplicatas a pagar	170,00			
Situação Líquida Patrimonial =				

B. CONTA	R$	1	2	3
Veículos	25.000,00			
Móveis e Utensílios	5.000,00			
Máquinas	2.000,00			
Caixa	2.000,00			
Promissórias a pagar	4.000,00			
Impostos a recolher	7.000,00			
Duplicatas a pagar	11.000,00			
Títulos a receber	800,00			
Situação Líquida Patrimonial =				

C. CONTA	R$	1	2	3
Caixa	6.000,00			
Clientes	1.500,00			
Títulos a pagar	5.000,00			
Títulos a receber	3.000,00			
Alugueis a pagar	1.000,00			
Impostos a recolher	4.500,00			
Situação Líquida Patrimonial =				

D. CONTA	R$	1	2	3
Imóveis	80.000,00			
Instalações	30.000,00			
Móveis e Utensílios	5.000,00			
Veículos	14.000,00			
Caixa	3.000,00			
Bancos Conta Movimento	63.000,00			
Empréstimo Bancário	50.000,00			
Clientes	10.000,00			
Fornecedores	30.000,00			
Situação Líquida Patrimonial =				

Aula 6 – Organização das contas na contabilidade

O objetivo desta aula é entender como se da à organização das contas contábeis, pois existe uma padronização prevista em Lei.

6.1 Organização previsão legal

Nos exercícios anteriores, você precisou descobrir pelo nome, onde classificar as contas, precisou também identificar se o elemento era positivo ou negativo, para então encontrar o saldo patrimonial. Tudo isso para evitar que as contas fossem lançadas de forma aleatórias na contabilidade, ou seja, para haver um ordenamento lógico das contas e padronização da apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis têm uma finalidade específica e uma norma legal orientando a organização das informações a serem dispostas no documento. Isto é importantíssimo para que o profissional tenha agilidade na busca das informações que interessam a ele, facilitando a leitura e a interpretação, e assim evita diferenciação nas formas de apresentação, o que tornaria o documento de difícil interpretação.

Visando adequar a contabilidade nacional aos padrões internacionais, e também a eliminação de obstáculos que dificultavam o acesso de empresas brasileiras no mercado internacional, foi aprovada a Lei 11.638/07, que alterou parcialmente a Lei 6.404/76 (conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas), aplicada igualmente às demais empresas. Algumas alterações também foram feitas pela lei 11.941/2009, seguindo a mesma tendência de padronização internacional.A Lei 6.404/76 que continua em vigor com as devidas alterações da nova Lei, na seção II que trata das demonstrações financeiras das empresas, apresenta nas disposições gerais o seguinte texto:

> **Art. 176**. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:
> I - balanço patrimonial;
> II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

~~IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.~~

V – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como «diversas contas» ou "contas-correntes».

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)

O texto consolidado da lei 6.404/76 (original com as alterações já incorporadas no texto) está disponível no *site*: http://www.cnb.org.br/CNBV/leis/lei6404_consolidada.htm.

Observe no texto acima, que o **inciso** IV está riscado. O motivo é que a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) deixou de ser obrigatória, sendo substituída pela demonstração de fluxos de caixa (DFC).

A-Z

Inciso
Subdivisão de um dispositivo legal, sob a forma de parágrafo que é complemento de outro e que vem geralmente marcada por algarismos romanos ou arábicos.

6.2 Demonstrações financeiras

- **Balanço Patrimonial (BP)**: Mostra o patrimônio da empresa em uma determinada data.
- **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**: Mostra se no exercício (ano) a empresa obteve lucro ou prejuízo, detalhando as receitas e despesas responsáveis por este resultado.
- **Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)**: Mostra o destino dado ao lucro da empresa no período, ou o motivo do aumento do prejuízo. Pode ser substituída, se a opção da empresa for pela elaboração da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), uma demonstração que detalha toda a evolução do patrimônio líquido, onde o lucro ou prejuízo está inserido.

– **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**: Mostra as movimentações ocorridas no caixa, proveniente das atividades operacionais da empresa, de financiamento e de investimento. Indica a origem e aplicação dos recursos da empresa.

Atenção

Nesta disciplina, vamos tratar das duas principais demonstrações financeiras: o Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

6.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

É uma demonstração estática, sintética e ordenada do patrimônio da empresa, refletindo a posição financeira da empresa de forma quantitativa e qualitativa em determinado momento. Neste documento, os bens, direitos, obrigações e a participação dos sócios são explícitas a todos que tenham acesso a este documento.

Seguindo a lei 6.404/76 e suas alterações, as contas do Ativo (bens + direitos) seguirão a ordem **decrescente de liquidez**, ou seja, serão registradas primeiramente as contas que mais rapidamente se transformam em dinheiro (recurso líquido e certo para a empresa).

A Lei 6.404/76 estabelece a seguinte ordem na elaboração do Balanço Patrimonial:

6.2.1.1 Grupo de Contas

> **Art. 178**. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.
> I – ativo circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
> II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
> § 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:
> I – passivo circulante; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009
> II – passivo não circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
> III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Ativo

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I – no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III – em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

~~V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007) (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~ (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Passivo Exigível

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

Resultados de Exercícios Futuros

~~**Art. 181**. Serão classificadas como resultados de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes. (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~ (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)

Patrimônio Líquido

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm

Antes de falar das principais contas patrimoniais, é importante conceituar origem e aplicação de recursos.

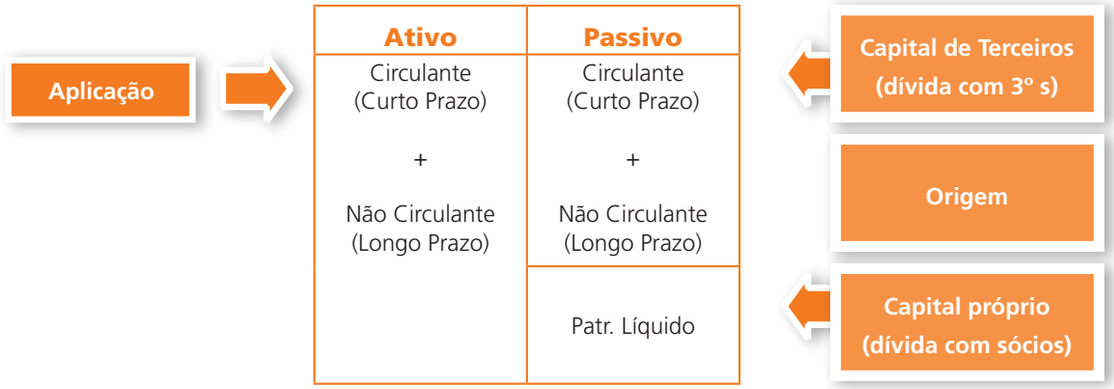
- **Origem de recursos** – É de onde a empresa está conseguindo o capital para investir na empresa, por isso também é conhecida como fonte de recursos e pode ser dividida em: capital próprio (CP) e capital de terceiros (CT). Nenhum recurso ingressa na empresa sem passar pelo Passivo ou Patrimônio Líquido.

- **Capital Próprio** – É o capital dos sócios e está representada no Balanço Patrimonial pelo Patrimônio Líquido.

- **Capital de Terceiros** – É o capital dos outros (terceiros) que estão representados no Balanço Patrimonial pelas obrigações de curto prazo (Passivo Circulante) e longo prazo (Passivo não circulante).

- **Aplicação de Recursos** – É onde estão sendo investidos os recursos na empresa. Pode ser dividido em aplicações de curto (Ativo Circulante) e de longo prazo (Ativo não circulante).

Assim temos a igualdade: **ATIVO = PASSIVO ou APLICAÇÃO = ORIGEM**


Aplicação
Ativo
Passivo
Circulante
(Curto Prazo)
+
Não Circulante
(Longo Prazo)
Circulante
(Curto Prazo)
+
Não Circulante
(Longo Prazo)
Patr. Líquido
Capital de Terceiros
(dívida com 3º s)
Origem
Capital próprio
(dívida com sócios)

Anotações

Aula 7 – Contas do ativo (bens + direitos)

Especificamente nesta aula, vamos tratar as contas que pertencem ao Grupo Patrimonial do Ativo. Você entenderá como elas são classificadas.

Relembrando

No Ativo, as contas que representam os bens e os direitos são organizadas em ordem **decrescente do grau de liquidez**.

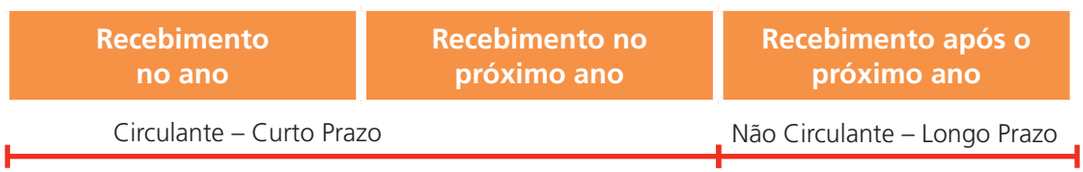
Grau de liquidez: é a possibilidade de componentes se transformarem ou se realizarem em dinheiro. Os estoques de mercadorias, por exemplo, serão transformados em dinheiro quando vendidos à vista; as duplicatas a receber, quando forem recebidas, e assim por diante. (RIBEIRO, 2004)

7.1 Classificação das contas do Ativo

As contas do ativo são classificadas em dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

7.1.1 Ativo Circulante

São classificadas neste grupo as contas que devem circular (girar) no máximo até o próximo exercício social. Ou seja, tem uma rotação rápida e devem se transformar em dinheiro até o final do exercício subsequente.


Recebimento no ano
Recebimento no próximo ano
Recebimento após o próximo ano
Circulante – Curto Prazo
Não Circulante – Longo Prazo

As principais contas do Ativo Circulante são:

1. **Disponibilidades** – Neste subgrupo são classificadas as contas que possuem o maior grau de liquidez dentre as demais contas do Ativo. Elas representam as disponibilidades imediatas e quase imediatas. As disponibilidades imediatas correspondem ao dinheiro que a entidade tem no caixa ou depositado em conta corrente bancária, pois pode lançar mão

desses valores imediatamente. Disponibilidades quase imediatas são os valores que, embora disponíveis, necessitam de alguns dias para serem resgatados ou para serem liberados, como ocorre com as aplicações de curtíssimo prazo e com os valores em trânsito (exemplo: depósitos efetuados a favor da empresa por meio de ordens de pagamentos que ainda não foram liberados). **Exemplos**: Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações financeiras de liquidez imediata. (RIBEIRO, 2004)

2. **Contas a Receber ou a Recuperar** – A expressão "a receber" ou "a recuperar" deixa claro que se trata de um direito, e será classificada no ativo circulante se o recebimento ocorrer a curto prazo. As contas a receber representam, normalmente, um dos mais importantes ativos das empresas em geral. São valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes, ou oriundos de outras transações. Essas outras transações não representam o objeto principal da empresa, mas são normais e inerentes às suas atividades. Por esse motivo, é importante a segregação dos valores a receber, relativos ao seu objeto principal (CLIENTES), das demais contas, que podemos denominar de Outros Créditos.

   Se for necessário, a empresa ainda ajustará os valores a receber através de contas retificadoras, relativo a créditos incobráveis, atendendo à convenção do conservadorismo. **Exemplos**: Clientes, Duplicatas a Receber, Títulos a Receber, Notas Promissórias a receber, (-)Duplicatas Descontadas, (-) Provisão de Perdas com Clientes, Adiantamento a Clientes, Adiantamento a Funcionários ou Fornecedores, Empréstimo a Funcionários, Impostos a Recuperar, Investimentos Temporários, Aplicação Financeira de Curto Prazo (cujo saque não esteja disponível no momento), Importação em andamento, Cauções, enfim realizáveis de curto prazo. (FIPECAFI, 1993)

3. **Estoques –** A composição dos estoques será uma consequência do tipo da atividade da empresa. A empresa comercial terá um estoque composto de mercadorias, enquanto a indústria terá estoques de matéria prima, produtos em elaboração, produto acabado, material de consumo e embalagens. **Por exemplo:** uma construtora terá estoque de imóveis em construção ou acabados, além de material de construção. No caso de quebra ou desvalorização habitual dos estoques, em uma indústria têxtil ou de informática, obedecendo ao conservadorismo, deverá ser feito o ajuste do valor por meio da provisão para quebra ou desvalorização, incluindo assim a despesa dentro do resultado do período em encerramento e respeitando também a competência do exercício. (PEREZ JR. & BEGALLI, 1999). **Exemplos:** Mercadorias para revenda, produtos acabados, produtos em

elaboração, subprodutos, matérias primas, material secundário, material de embalagem, materiais de consumo (material de escritório, refeitório, limpeza, etc.), (-) Provisão para Ajuste a valor de mercado.

4. **Despesas do Exercício Seguinte** - Alguns autores preferem chamar de Despesas Antecipadas, por se tratar de antecipação de pagamento de despesas, cujos serviços, produtos ou benefícios ocorrerão apenas no próximo exercício. **Exemplos:** prêmios de seguros, aluguel passivo a vencer, assinaturas e anuidades, antecipação de comissões e prêmios, juros passivos a vencer.

   Observação – Nos casos de empréstimos efetuados com pagamentos de juros ou correção monetária prefixados, as contas representativas dessas despesas pagas antecipadamente devem ser, para fins de Análise de Balanços, reclassificadas como redutores das respectivas contas de obrigação no Passivo Circulante ou Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme o caso. (RIBEIRO, 2004)

As contas do ativo circulante compõem o que chamamos de capital circulante e ainda de capital de giro.

7.1.2 Ativo Não Circulante

São classificadas neste grupo as contas que não estão programadas para circular (girar) até o final do próximo exercício. Ou seja, tem uma rotação lenta e não fazem parte da programação financeira de recebimento para o próximo exercício.

As principais contas do **Ativo Não Circulante são:**

1. **Ativo Realizável a Longo Prazo** – São classificadas aqui as contas que devem entrar em liquidez somente após o encerramento do próximo exercício. O realizável a longo prazo compreende teoricamente as mesmas contas do Ativo Circulante (com exceção das disponibilidades), cujo prazo de realização seja superior a um ano ou ao ciclo operacional se esta for superior a um ano.

   Exemplos: Duplicatas a Receber, Clientes, Estoques, Aplicações Financeiras, Cauções, (-) Provisão para Perdas com Clientes, Adiantamento ou Empréstimo a Clientes e Funcionários, enfim todos os direitos a receber após o encerramento do próximo exercício. (MATARAZZO, 1993)

2. **Investimentos –** Não são destinados à manutenção da atividade operacional da empresa; **são ativos que a empresa não tem intenção de se desfazer deles. É chamada por alguns profissionais de imobilização financeira.** A lei das Sociedades Anônimas (S.A.) estabelece que devam ser classificadas em investimentos as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da empresa, e não se classifiquem no Ativo Circulante ou realizável a longo prazo. (MATARAZZO, 1993)

   Exemplos: participação permanente em outras sociedades, obras de arte, imóveis não para uso (fruição de renda, aluguel).

Atenção

São comuns em investimentos os termos: coligada, controlada e relevância do investimento. Vamos, então, a estas definições, seguindo o texto da lei:

> **Art. 243.** O relatório anual da administração deve relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício.
>
> § 1º São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
>
> § 2º Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.
>
> § 3º A companhia aberta divulgará as informações adicionais, sobre coligadas e controladas, que forem exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
>
> § 4º Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
>
> § 5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)
>
> (Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L6404consol.htm)

3. **Imobilizado –** São bens e direitos utilizados na atividade operacional da empresa. A venda de qualquer desses elementos sem a devida reposição, prejudicará (ou pode até paralisar) a atividade normal da empresa. **Exemplos:** Podem ser tangíveis como terrenos, construções, obras em andamento, móveis e utensílios, máquinas, aparelhos e equipamentos, ferramentas, peças e conjunto de reposição, instalações, veículos, semoventes, direitos sobre recursos naturais, florestamento e reflorestamento, benfeitorias em propriedade de terceiros, (-) Depreciação/ Amortização/ Exaustão acumulada.

   Observação – O que distingue o subgrupo **Investimentos** do subgrupo **Imobilizado** apesar de ambos serem aplicações de natureza permanente (sem intenção de revenda), é o fato de que a alienação dos valores do subgrupo Investimentos não prejudica o andamento normal das atividades. (REIS, 1993)

4. **Intangível –** São os bens que não possuem matéria (corpo), portanto não podem ser tocados fisicamente. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

   a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou

   b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se, primeiro, for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade; e em segundo, se o custo do ativo possa ser mensurado com segurança. **Exemplos**: direito de uso de software, patente, direitos autorais, concessão de exploração de negócio, marca, fundo de comércio, entre outros.

(Fonte: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_04.pdf)

Os *sites* indicados aqui são fundamentais para suas pesquisas.
www.crcpr.org.br,
www.crcsc.org.br,
www.cfc.orb.br,
www.ibracon.com.br - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
www.cvm.gov.br - Comissão de Valores Mobiliários

Acesse também:
www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ativosintangiveis,
www.webartigos.com/articles/10289/1/ativo-intangvel/pagina1.html,
www.marion.pro.br/portal/modules/wfsection/article.php?articleid=1,
www.cesartiburcio.wordpress.com/category/lei-11638/,

Tome cuidado, sabendo que recentemente houve alterações na legislação, é preciso certificar-se de que a fonte de pesquisa já esteja adaptada à nova legislação.

Aula 8 – Contas do passivo (obrigações + patrimônio líquido)

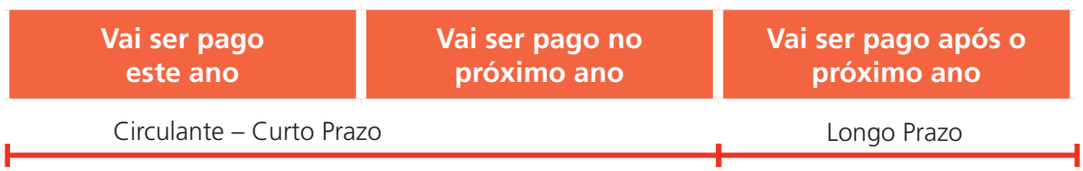
O nosso objetivo nesta aula é conhecer a classificação das contas do grupo patrimonial do passivo.

No passivo, são registradas as obrigações da empresa com terceiros, tecnicamente chamada de exigibilidades e também o patrimônio líquido, que é a obrigação da empresa com os seus sócios. Assim, no **jargão técnico** **Exigível Total** ou **Exigibilidades** é a soma das obrigações da empresa, incluindo aqui as dívidas de curto e de longo prazo. Recomenda-se que a classificação siga a ordem decrescente do grau de exigibilidade.

A-Z

Jargão técnico
Linguagem característica de um grupo profissional, neste caso os contabilistas.

Grau de exigibilidade – diz respeito à prioridade de pagamento por exigência de terceiros que tem direito ao recebimento.



8.1 Classificação das contas do Passivo

As contas do passivo são classificadas como: **Passivo Circulante**, **Passivo Não Circulante** e **Patrimônio Líquido**.

8.1.1 Passivo Circulante

São classificadas neste grupo as obrigações que devem ser pagas ou recolhidas até o término do próximo exercício. Geralmente aparecem acompanhadas da expressão "a pagar" ou "a recolher", e muitas vezes sendo esta a única distinção da despesa que possui o mesmo nome de conta. É de grande importância na análise das demonstrações contábeis, pois se trata de valores com grande influência no fluxo de caixa da empresa. Falta de controle nas obrigações de curto prazo podem levar a empresa à falência. Aqui, as principais contas são referentes a obrigações com fornecedores, funcionários, fiscais e trabalhistas, provisões, entre outras. **Exemplo:** fornecedores, duplicatas a pagar, impostos a recolher, encargos trabalhistas a recolher, salários a pagar, empréstimos e financiamentos a pagar, adiantamento de clientes, dividendos a pagar, títulos a pagar, energia elétrica a pagar, aluguel a pagar, provisão para 13º salário, provisão para férias, provisão para Imposto de Renda, juros a pagar, dividendos a pagar, entre outras.

8.1.2 Passivo Não Circulante

Passivo Exigível a Longo Prazo – São contas de obrigações e só diferem do Passivo Circulante pelo prazo de pagamento. Com o passar do tempo as contas do exigível a longo prazo passam para o passivo circulante. Isto porque estas obrigações passam a ser exigíveis até o final do próximo exercício. Tal transição não acontecerá somente se o pagamento for feito enquanto a dívida for de longo prazo, antecipando o pagamento. **Exemplo:** Financiamentos, Empréstimos, Adiantamentos, Contas a Pagar, Fornecedores, Imóveis a Pagar, Títulos a Pagar, enfim todas as obrigações de longo prazo.

8.1.3 Patrimônio Líquido

É o grupo de contas que embora não seja considerado exigível, está vinculada ao Passivo por se tratar de uma dívida da empresa para com os seus sócios. E também para estabelecer o equilíbrio dos recursos entre o Ativo (aplicação) e o Passivo (origem).

O patrimônio líquido é composto por:

1. **Capital Social –** é o recurso aplicado pelos sócios na empresa. Pode ser a título de investimento inicial, aumento de investimento ou até mesmo aplicação de lucros para aumentar o investimento na empresa, deduzindo-se a parcela não integralizada. Segundo o Art. 7° da Lei 6.404/76, o capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro. O capital social pode se subdividir em:

   a) **Capital social subscrito**: é o valor que os sócios registraram como investimento no contrato social da empresa. É o compromisso assumido de entrega dos valores.

   b) **Capital social integralizado (realizado):** é o valor já entregue pelos sócios, em virtude do compromisso assumido no registro do capital social. É a diferença entre o capital subscrito e o capital a realizar.

   c) **Capital social a integralizar (a realizar)**: é o valor registrado no capital social da empresa, mas ainda não entregue pelos sócios.

2. **Reservas de capital** – São valores emitidos pela empresa, não destinados a aumento do capital social e que não passaram pelo resultado. São exemplos: ágio na venda de ações, prêmio recebido na emissão de debêntures, bônus de subscrição.

3. **Reservas de lucros** – São valores retidos do lucro, para uma destinação específica. Ou seja, é a parte do lucro que neste momento não será distribuída aos sócios como dividendos, ficando investida na empresa. São exemplos: reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros a realizar, entre outras dispostas na legislação.

4. **Ajustes de avaliação patrimonial** – São os aumentos ou reduções de valores do ativo ou passivo, em função do valor real de mercado. Há uma clara intenção de apresentação do patrimônio pelo valor justo.

5. **Ações em Tesouraria** – Ocorre quando a empresa compra, no mercado de ações, suas próprias ações.

6. **Prejuízos Acumulados** – É a soma dos valores negativos do resultado que são acumulados em um ou mais exercícios.

Veja a seguir um exemplo de Balanço Patrimonial.

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2009					
Empresa "Estou aprendendo Contabilidade Ltda" CNPJ 11.111.111/0001-11					
ATIVO	**31/12/08**	**31/12/09**	**PASSIVO**	**31/12/08**	**31/12/09**
Circulante	1.427	1.630	Circulante	1.120	1.041
Disponibilidades	302	180	Fornecedores	650	721
Duplicatas a Receber	420	650	Salários a Pagar	120	150
Estoques	705	800	IR e CSLL a Pagar	150	59
			Dividendos a Pagar	200	111
Não Circulante			Não Circulante		
Dupl. a Receber	100	80	Exigível a L. Prazo	500	381
Investimentos	80	70	Financiamentos	500	381
Imobilizado	860	700	Patrimônio Líquido	1.347	1.458
Intangível	500	400	Capital Social	1.000	1.000
			Reserva Legal	347	458
Total	**2.967**	**2.880**	**Total**	**2.967**	**2.880**

Aula 9 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Nesta aula, o objetivo é conhecer como se dá a apuração de resultado de um exercício contábil.

As empresas são constituídas com uma finalidade específica, geralmente com a finalidade de lucro. Para que a finalidade se cumpra, a empresa trabalha no ramo do seu objeto social (descrição da atividade operacional que está registrada no contrato social). É um relatório importantíssimo, e o seu estudo fornece informações úteis para a tomada de decisões. É a DRE que mostra sinteticamente como a empresa se comportou no último exercício. Para fins de análise operacional é o documento que permite a análise do sucesso ou não, e possibilita o estabelecimento de indicadores deste resultado. **Assim, para saber o que a empresa tem, consultamos o Balanço Patrimonial; mas para saber como a empresa trabalha (sua eficiência), analisamos a DRE.**

9.1 Demonstração de Resultado do Exercício

A demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se às despesas e, em seguida, indica-se o resultado **(lucro ou prejuízo).** (IUDÍCIBUS, 1998)

A elaboração da DRE deve seguir o disposto na lei 6.404/76. Vejamos na íntegra o texto da lei, consolidado com as alterações:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I – a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III – as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas. (Redação dada pela Lei nº11. 941, de 2009)

V – o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

VII – o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

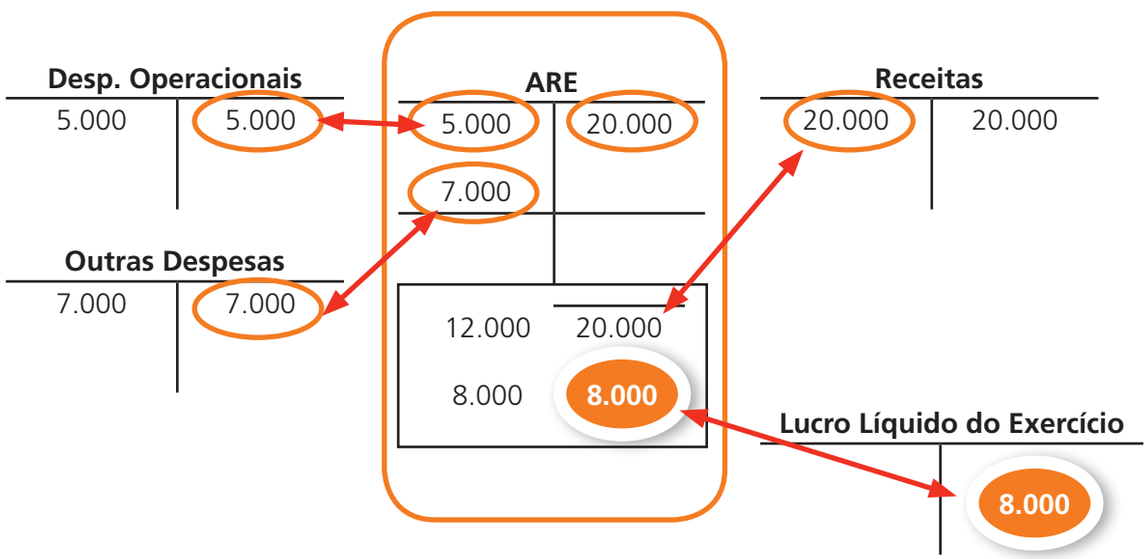
a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L6404consol.htm)

9.2 ARE – Apuração do Resultado do Exercício

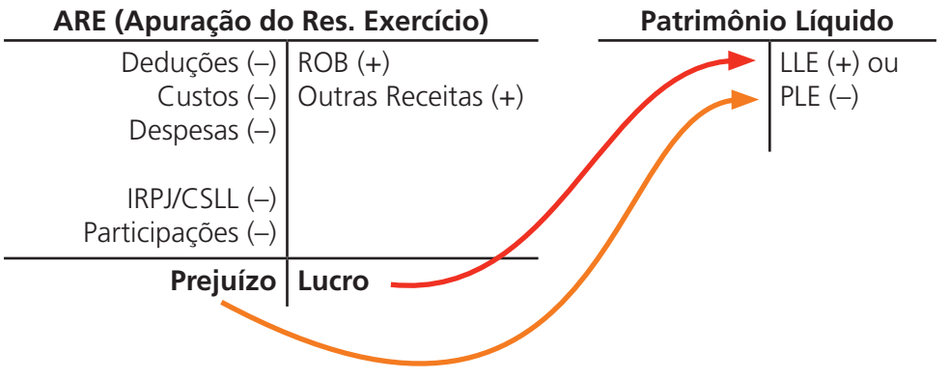
Esquema de Contabilização



Modelo da Demonstração do Resultado do Exercício	
Empresa: Estou aprendendo Contabilidade Ltda - CNPJ 11.111.111/0001-11	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) de 01/01/2009 A 31/12/2009	
Receita Operacional Bruta (ROB)	**R$ 100.000,00**
Com Vendas	R$ 80.000,00
Com Serviços	R$ 20.000,00
(-) Deduções da Receita	**R$ (30.000,00)**
Devolução de Vendas	R$ (5.000,00)
Descontos Incondicionais e Abatimentos	R$ (2.000,00)
Impostos Sobre Vendas	
COFINS	R$ (3.000,00)
PIS s/Faturamento	R$ (1.000,00)
ICMS	R$ (18.000,00)
ISS	R$ (8.000,00)
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	**R$ 70.000,00**
(-) Custo da Mercadoria Vendida (CMV)	**R$ (40.000,00)**
(=) Lucro Operacional Bruto (LOB)	**R$ 30.000,00**
(-) Despesas Operacionais	**R$ 22.000,00**
Com Vendas	R$ (5.000,00)
Administrativas	R$ (15.000,00)
Financeiras	R$ (2.000,00)
(=) Lucro Operacional Líquido (LOL)	**R$ 8.000,00**
(+ / -) Outras Receitas/Despesas	**R$ 2.000,00**
(+) Outras Receitas	R$ 5.000,00
(–) Outras Despesas	R$ (3.000,00)
(=) Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda (LAIR)	**R$ 10000,00**
(-) Provisão do IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	**R$ (1500,00)**
(-) Adicional do IRPJ	**R$ (1000,00)**
(-) Provisão da CSLL (Contribuição sobre o lucro líquido)	**R$ (500,00)**
(=) Lucro Antes das Participações (LAPART)	**R$ 7000,00**
(-) Participações	**R$ (2407,30)**
Debêntures 10%	R$ (700,00)
Partes Beneficiárias 10%	R$ (630,00)
Administração 10%	R$ (567,00)
Empregados 10%	R$ (510,30)
(=) Lucro/Prejuízo líquido do Exercício(LLE ou PLE)	**R$ 4592,70**
Lucro por Ação*	R$ 4,59

* Considerando que a empresa tem 1.000 ações.

O lucro por ação se obtém dividindo o Lucro líquido do Exercício pelo número de ações da empresa.



Quando as receitas são maiores que as despesas, temos lucro que irá aumentar o valor do patrimônio líquido ou será distribuído aos sócios, como dividendos.

RECEITAS > DESPESAS = LUCRO

Quando as despesas são maiores que as receitas, temos o prejuízo que irá diminuir o patrimônio líquido.

DESPESAS > RECEITAS = PREJUÍZO

Anotações

Aula 10 – Plano de Contas

O foco do estudo de hoje é o Plano de Contas, principal instrumento no desenvolvimento do processo contábil de empresa. É a linha condutora de todo o processo de escrituração. Então, vamos conhecer este importante instrumento.

Você, agora, sabe a diferença entre Balanço Patrimonial e DRE? Ou ainda não?

Se a sua resposta foi que o Balanço Patrimonial mostra a situação econômico-financeira da empresa em um determinado período, isto é, a empresa apresenta bens, direitos, obrigações e participação dos sócios em uma data específica. E a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) preocupa-se em mostrar a eficiência da empresa em suas atividades operacionais, ou seja, a DRE mostra como a empresa obteve suas receitas, despesas e o resultado (lucro ou prejuízo) durante um ano de atividades. **Esta foi a sua resposta? Parabéns!!!!!**

10.1 Plano de contas

O Plano de Contas é um conjunto de contas, ordenado segundo as diretrizes legais que orientam os registros contábeis. É um instrumento de trabalho que permite identificar todas as contas que poderão ser utilizadas pela empresa.

O Plano de contas pode ser comparado a uma casa. Quando estamos fazendo o projeto de uma casa, pensamos em algo que atenda as características e necessidades de quem vai ocupar esta casa e fazemos as adaptações. **Por que janelas na casa?** É uma necessidade que a casa seja ventilada, até mesmo visando preservar a saúde de quem ocupa esta casa. **Por que tantas tomadas na sala e poucas no quarto de visita?** Foi uma opção do proprietário que precisa ser respeitada, pois a casa vai ser elaborada respeitando também o perfil deste proprietário, adaptando-se a ele.

O plano de contas, também é elaborado respeitando a necessidade de cumprimento da legislação em vigor e as características da empresa. Não há um número máximo ou mínimo de contas. Cada empresa deve elaborar o seu Plano de Contas com todas as contas patrimoniais e de resultado que serão utilizadas pela empresa, inclusive pelas contas em que há previsão apenas de utilização a longo prazo. Além disso, é importante que exista flexibilidade de forma a permitir a inclusão de contas caso seja necessário. Para que este plano de contas cumpra sua finalidade, ele deve respeitar o porte da empresa, seu ramo de atividades, as necessidades de seus usuários que inclui as informações que deverão ser extraídas dos relatórios contábeis para os sócios, fornecedores, clientes, empregados, governo, fiscalização, entre outros possíveis usuários dos relatórios contábeis.

10.1.1 Estrutura básica do plano de contas

1º- Todas as contas receberão uma numeração, será o seu endereço no plano de contas.

2º- A numeração de ser separada por níveis ou grau de contas.

3º- A quantidade níveis dependerá da necessidade da empresa, geralmente será de 4 ou 5 níveis, sendo possível ter mais níveis.

Para entender melhor

Grau de contas – Você lembra as aulas de matemática, mais especificamente dos conjuntos?

Cada conjunto recebe um código. Os grandes grupos recebem apenas um número, são de 1º nível. Os subconjuntos são numerados de forma a identificar que pertencem ao grupo maior, portanto já são de nível menor, podendo ser de 2º, 3º, 4º, 5º ou mais níveis se essa for a necessidade da empresa.

1º Nível ou grau de contas:	Grandes Grupos
1	Ativo
2	Passivo
3	Receitas
4	Despesas
5	Custos
2º Nível ou grau de contas:	**Grupos de Contas**
1.1	Ativo Circulante
1.2	Ativo Não Circulante
2.1	Passivo Circulante
2.2	Passivo Não Circulante
3.1	Receitas Operacionais
3.2	Outras Receitas
4.1	Despesas Operacionais
4.2	Outras Despesas
5.1	Custo das Mercadorias Vendidas
5.2	Custo do Serviço Prestado
3º Nível ou grau de contas:	**Subdivisão do Grupo de Contas**
1.1.1	Disponibilidades
1.1.2	Contas a Receber
1.1.3	Estoques
1.1.4	Despesas de Exercícios Seguintes
1.2.1	Realizáveis a Longo Prazo
1.2.2	Investimentos
1.2.3	Imobilizados
1.2.4	Intangíveis
2.1.1	Obrigações com Fornecedores
2.1.2	Obrigações Tributárias
2.1.3	Obrigações Trabalhistas
2.1.4	Outras Obrigações
2.2.1	Exigíveis a Longo Prazo
2.2.2	Patrimônio Líquido
3.1.1	Receita Operacional Bruta
3.2.1	Outras Receitas
4.1.1	Despesas Administrativas
4.1.2	Despesas Comerciais
4.1.3	Despesas Financeiras
4.2.1	Outras Despesas
4º Nível ou Grau de Contas:	**Contas dos Subgrupos**
1.1.1.01	Caixa
1.1.1.02	Banco conta corrente
1.1.1.03	Aplicação Financeira
1.1.2.01	Clientes
1.1.2.02	Duplicatas a Receber
1.1.2.03	Outros valores a receber
5º Nível ou Grau de Contas	**Contas Analíticas**
1.1.1.01.001	Caixa Matriz
1.1.1.01.002	Caixa Filial 1
1.1.1.01.003	Caixa Filial 2
1.1.1.02.001	Banco do Brasil S.A.
1.1.1.02.002	HSBC Bank Brasil S.A.
1.1.1.02.003	Banco Itaú S.A.
1.1.1.03.001	Banco do Brasil S.A.
1.1.1.03.002	HSBC Bank Brasil S.A.
1.1.1.03.003	Banco Itaú S.A.
1.1.2.01.001	IFPR
1.1.2.01.002	UFPR

Considerações

a) As contas de último nível, são chamadas de analíticas e somente elas recebem lançamentos na contabilidade. Sempre que uma conta analítica aumentar ou diminuir de valor, provocará um efeito nas contas de nível superior, aumentando ou diminuindo essas contas.

b) As contas que não pertencem ao último nível, são chamadas de sintéticas ou totalizadoras, elas não recebem lançamento na contabilidade, pois ao lançar na conta de nível inferior, o saldo dessas contas serão automaticamente modificadas.

c) A quantidade de número(s) em cada nível dependerá do número de contas que deverão ser agregadas a este nível.

Observe que no exemplo temos o **código 1.1.1.02.001**- Banco do Brasil S.A.

1. Ativo
1.1 Circulante
1.1.1. Disponibilidades
1.1.1.2. Banco conta corrente
1.1.1.2.001 Banco do Brasil S.A.

Aumentando o saldo no Banco do Brasil, estará aumentando o saldo de bancos, das disponibilidas, do ativo circulante e logicamente de todo o Ativo. Em caso de redução, acontecerá a mesma coisa, redução em todos os níveis acima da conta.

Como no último nível, temos 3 algarismos, podemos cadastrar neste plano de contas até 999 contas de banco. O mesmo ocorre para clientes e fornecedores da empresa. E por isso muitos planos de conta têm - no último nível - quatro algarismos, o que permite cadastrar 9.999 contas.

Exemplo de Plano de Contas – Este modelo é apenas ilustrativo, para fins didáticos. O plano de contas abaixo possui 4 níveis e já está adaptado à nova legislação.

1 ATIVO
1.1 ATIVO CIRCULANTE
1.1.1 Caixa
1.1.1.01 Caixa Geral

1.1.2 Bancos C/Movimento
1.1.2.01 Banco Alfa
1.1.3 Contas a Receber
1.1.3.01 Clientes
1.1.3.02 Outras Contas a Receber
1.1.3.09(-) Duplicatas Descontadas
1.1.4 Estoques
1.1.4.01 Mercadorias
1.1.4.02 Produtos Acabados
1.1.4.03 Insumos
1.1.4.04 Outros
1.2 NÃO CIRCULANTE
1.2.1 Contas a Receber
1.2.1.01 Clientes
1.2.1.02 Outras Contas
1.2.2 INVESTIMENTOS
1.2.2.01 Participações Societárias
1.2.3 IMOBILIZADO
1.2.3.01 Terrenos
1.2.3.02 Construções e Benfeitorias
1.2.3.03 Máquinas e Ferramentas
1.2.3.04 Veículos
1.2.3.05 Móveis
1.2.3.98 (-) Depreciação Acumulada
1.2.3.99 (-) Amortização Acumulada
1.2.4 INTANGÍVEL
1.2.4.01 Marcas
1.2.4.02 Softwares
1.2.4.99 (-) Amortização Acumulada
2 PASSIVO
2.1 CIRCULANTE
2.1.1 Impostos e Contribuições a Recolher
2.1.1.01 Simples a Recolher
2.1.1.02 INSS
2.1.1.03 FGTS
2.1.2 Contas a Pagar
2.1.2.01 Fornecedores
2.1.2.02 Outras Contas
2.1.3 Empréstimos Bancários
2.1.3.01 Banco A - Operação X

2.2 NÃO CIRCULANTE
2.2.1 Empréstimos Bancários
2.2.1.01 Banco A - Operação X
2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1 Capital Social
2.3.2.01 Capital Social Subscrito
2.3.2.02 Capital Social a Realizar
2.3.2. Reservas
2.3.2.01 Reservas de Capital
2.3.2.02 Reservas de Lucros
2.3.3 Prejuízos Acumulados
2.3.3.01 Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores
2.3.3.02 Prejuízos do Exercício Atual
3 CUSTOS E DESPESAS
3.1 Custos dos Produtos Vendidos
3.1.1 Custos dos Materiais
3.1.1.01 Custos dos Materiais Aplicados
3.1.2 Custos da Mão de Obra
3.1.2.01 Salários
3.1.2.02 Encargos Sociais
3.2 Custo das Mercadorias Vendidas
3.2.1 Custo das Mercadorias
3.2.1.01 Custo das Mercadorias Vendidas
3.3 Custo dos Serviços Prestados
3.3.1 Custo dos Serviços
3.3.1.01 Materiais Aplicados
3.3.1.02 Mão de Obra
3.3.1.03 Encargos Sociais
3.4 Despesas Operacionais
3.4.1 Despesas Gerais
3.4.1.01 Mão de Obra
3.4.1.02 Encargos Sociais
3.4.1.03 Aluguéis
3.5 Perdas de Capital
3.5.1 Baixa de Bens do Ativo Não Circulante
3.5.1.01 Custos de Alienação de Investimentos
3.5.1.02 Custos de Alienação do Imobilizado
4 RECEITAS
4.1 Receita Líquida

4.1.1 Receita Bruta de Vendas
4.1.1.01 De Mercadorias
4.1.1.02 De Produtos
4.1.1.03 De Serviços Prestados
4.1.2 Deduções da Receita Bruta
4.1.2.01 Devoluções
4.1.2.02 Serviços Cancelados
4.2 Outras Receitas Operacionais
4.2.1 Vendas de Ativos Não Circulantes
4.2.1.01 Receitas de Alienação de Investimentos
4.2.1.02 Receitas de Alienação do Imobilizado

Fonte: www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm, acesso em 20/01/2010

10.1.2 Código Reduzido ou Simplificado

É evidente que deve haver uma forma mais simples de usar o plano de contas do que digitar todos esses números (os 4 ou 5 níveis) e realmente existe. É o que chamamos de código de reduzido. Um código que permite acessar a conta usando um número apenas. Simplificando é como se fosse o apelido da conta.

Exemplo	Código Reduzido
1.1.1.1.001 Caixa Matriz	**1**
1.1.1.2.001 Banco do Brasil S.A.	**121**

Ao dizer que estou tirando dinheiro da conta 1 (sei que é a conta caixa) e estou transferindo esse dinheiro para a conta 121 (sei que este dinheiro está indo para o Banco do Brasil S.A.

Agora é a sua vez!
Exercício

- Volte ao plano de contas e crie um código reduzido para cada conta.

Atividade de aprendizagem

1. Faça uma pesquisa e monte o plano de contas de uma empresa.
   Em sua pesquisa sobre o plano de contas, você observará que há vários modelos e inclusive, a codificação das contas também mudam.

Aula 11 – Noções de débito e crédito

A aula de hoje visa apresentar a você algumas noções de débito e crédito. Também apresentar o Razonete utilizado didaticamente para os lançamentos a débito e a crédito.

11.1 Débito e Crédito

É importante que você preste atenção agora! Vamos ver algumas regras fundamentais para o entendimento dos lançamentos contábeis. Os termos **Débito** e **Crédito** são nomes utilizados para indicar o ingresso ou saída de recursos das contas. Cada lançamento efetuado provoca modificações patrimoniais e/ou de resultado. Cada vez que um lançamento a débito ou crédito é feito, o saldo de uma conta está sendo alterada.

Débito vem do latim *debes* = devido a mim (pertencente a mim)

Crédito vem do latim *credo* = confiança, acreditar

O débito corresponde à aplicação do valor, à destinação do recurso ou onde o dinheiro foi investido. E o crédito corresponde à origem do valor, à fonte do dinheiro ou de onde são conseguidos os recursos para a empresa.

11.1.1 Razonete

Para fins didáticos, utiliza-se o razonete para a explicação dos lançamentos na contabilidade. O Razonete é um gráfico em forma de "T" onde acima estará o nome da conta, do lado esquerdo serão feitos os lançamentos a débito, e do lado direito serão feitos os lançamentos a crédito.

Para ficar mais fácil a memorização, lembre que o Razonete é semelhante a uma cruz. A cruz passou a ter outro significado depois (d) de Cristo (C). Veja a representação:

Nome da Conta	
Débido (D)	Crédito (C)

Cruz	
Depois de (D)	Cristo (C)

Tínhamos débito — **Nos deu crédito**

Agora ficará mais fácil lembrar o lado do débito e do crédito.

Vamos praticar alguns exercícios com Balanços Sucessivos. Comece imaginando uma empresa que está iniciando suas atividades. Serão realizados os primeiros lançamentos na contabilidade; em seguida haverá demonstração dos lançamentos e, logo após, os balanços atualizados.

1. Os sócios reúnem R$ 30.000,00 em dinheiro para investir na empresa. É o que chamamos capital social, ou seja, a origem do dinheiro veio dos sócios e este dinheiro vai entrar no caixa da empresa.

Graficamente ficará assim representadas as contas:

O dinheiro aplicado (débito) **A origem do dinheiro (crédito)**

Obs.: (1)* representa o primeiro lançamento do período.

Se fossemos fazer um balanço da empresa, ele ficaria assim, neste primeiro momento:

Balanço Patrimonial após lançamento (1)

Ativo		Passivo	
Circulante			
Disponibilidades		*Patrimônio Líquido*	
Caixa.....R$ 30.000,00		*Capital Social.....R$ 30.000,00*	
Total do Ativo	**R$ 30.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 30.000,00**

O dinheiro aplicado (débito) **A origem do dinheiro (crédito)**

Total do Ativo (aplicação de recursos) = Total do Passivo (origem de recursos)

Após este lançamento, algumas conclusões importantíssimas podem ser tiradas:

a) No lado do ativo temos a aplicação dos recursos, por isso, quando uma conta do ativo estiver aumentando de valor, ela será debitada (d).

b) Quando ocorrer o contrário, ou seja, quando uma conta do ativo diminuir, ela receberá lançamento do outro lado, ou seja, será creditada(c). Por exemplo: Saiu dinheiro do caixa para a compra de móveis, logo a conta caixa está diminuindo, e por isso o lançamento feito nesta conta foi a crédito (c).

Conta de Ativo	
Débito	Crédito
Aumenta	Diminui

O mesmo raciocínio serve para as contas do passivo:

c) No lado do passivo temos a origem de recursos, por isso, quando uma conta do passivo estiver aumentando ela será creditada (c).

d) Quando uma conta do passivo estiver diminuindo, ela será debitada (d).

Conta de Passivo	
Débito	Crédito
Diminui	Aumenta

2. A empresa utilizou R$ 10.000,00 do dinheiro que estava no caixa, para comprar móveis. Como contabilizar?

Caixa		Móveis		Capital Social	
(1) 30.000,00	10.000,00 (2)*	(2)* 10.000,00			30.000,00 (1)

Origem (crédito) **Aplicação (débito)**

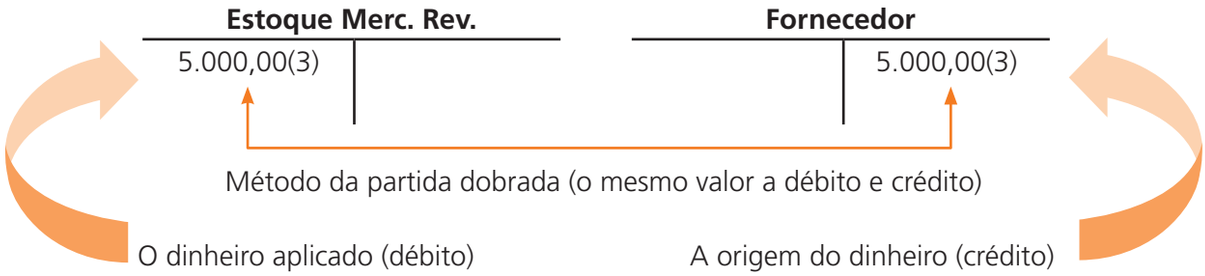
Obs.: (2)* Referem-se ao segundo lançamento do período.

Os registros anteriores permanecem, enquanto durar o período.

Observe as alterações produzidas no balanço após este lançamento:

Balanço Patrimonial após lançamento (2)	
Ativo	**Passivo**
Circulante *Disponibilidades* *Caixa.....R$ 20.000,00* *Não Circulante* *Imobilizado* *Móveis.....R$ 10.000,00*	*Patrimônio Líquido* *Capital Social.....R$ 30.000,00*
Total do Ativo R$ 30.000,00	**Total do Passivo R$ 30.000,00**

3. A empresa comprou do fornecedor uma mercadoria no valor de R$ 5.000,00 para revender a prazo.



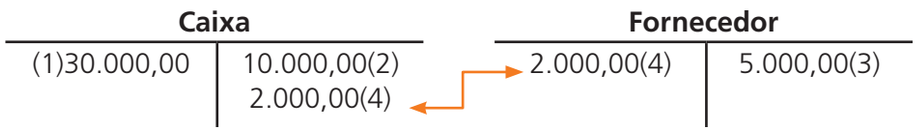
Origem do recurso: mercadoria adquirida junto aos fornecedores (a mercadoria) para revender. Portanto, será feito o registro a crédito, na conta dos fornecedores (capital de terceiros).

Conta de passivo que está aumentando = crédito

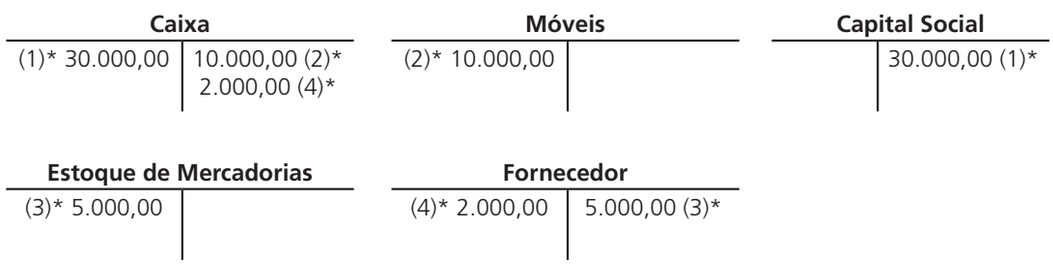
Aplicação do recurso: A mercadoria comprada foi para o estoque da empresa. Portanto, a conta estoque será debitada.

Conta de ativo que está aumentando = débito

4. A empresa resolveu pagar para o fornecedor R$ 2.000,00 em virtude da compra de mercadoria feita anteriormente.



Para que fique mais fácil a sua compreensão, serão apresentados agora todos os lançamentos reunidos, desde o primeiro, quando a empresa foi constituída.



O Balanço Patrimonial, após os quatro lançamentos ficará assim:

Balanço Patrimonial			
Ativo		**Passivo**	
Circulante		*Circulante*	
Disponibilidades		*Obrigações com Terceiros*	
Caixa.....R$ 18.000,00		*Fornecedor..... R$ 3.000,00*	
Estoques de Mercadorias...R$ 5.000,00			
Não Circulante			
Imobilizado		*Patrimônio Líquido*	
Móveis.....R$ 10.000,00		*Capital Social.....R$ 30.000,00*	
Total do Ativo	**R$ 33.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 33.000,00**

O dinheiro aplicado (débito) — **A origem do dinheiro (crédito)**

Total do Ativo (aplicação de recursos) **=** Total do Passivo (origem de recursos)

11.1.2 Contas de resultado (receitas e despesas)

As receitas fazem ingressar recursos, portanto, são fontes ou origem a recursos.

Contas de receita = Origem de recursos = Crédito

As receitas sempre irão aumentar o ativo ou diminuir o passivo.

As despesas consomem ou fazem sair recursos da empresa, ou seja, é a aplicação de recursos.

Contas de despesas = Aplicação de recursos = Débito

As despesas sempre irão diminuir o ativo ou aumentar o passivo.

Exemplos:

1. Venda de mercadoria para o cliente no valor de R$ 2.000,00; sendo que R$ 500,00 foi pago à vista.

Venda de Mercadoria		Caixa		Cliente	
	2.000,00	500,00		1.500,00	

Observação

- A conta de venda de mercadoria (receita – origem de recursos) foi creditada.
- A conta caixa (bem/Ativo – aplicação de recursos) foi debitada.
- A conta cliente (direito/Ativo – aplicação de recursos) foi debitada.

2. A empresa recebeu a conta de energia elétrica no valor de R$ 200,00 que deverá ser paga no próximo mês, e a conta de água no valor de R$ 100,00 que deverá ser paga imediatamente.

Caixa		Desp. Água		Desp. Energia Elétrica		Energia Elétrica a pagar	
(S) 500,00	100,00	100,00		200,00			200,00

Observação:

- As contas de água e energia (despesas – aplicação de recursos) foram debitadas.
- A conta caixa (bem do ativo – diminuindo) foi debitada pelo pagamento.
- A conta de energia a pagar (obrigação/passivo) foi creditada pela dívida.

12.1 Quadro Natureza dos Grupos de Contas

Grupos de Contas	Natureza das Contas	Débito (d)	Crédito (c)
Patrimoniais			
Ativo (Bens + Direitos)	Natureza devedora (d)	Aumento	Redução
Passivo (Obrigações e PL)	Natureza credora (c)	Redução	Aumento
Resultado			
Receita	Natureza credora (c)		Aumento
Despesa	Natureza devedora (d)	Aumento	

ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
+	−	−	+	−	+	+	−
D	C	D	C	D	C	D	C

Atividade de aprendizagem

Agora é a sua vez!

Faça os lançamentos abaixo em razonete, e monte o balanço patrimonial:

a) Constituição de uma empresa com a integralização de R$ 40.000,00 em dinheiro.

b) Compra de mercadoria para revenda no valor de R$ 8.000,00, sendo pago R$ 2.000,00 à vista, e o restante a prazo.

c) Compra de um veículo por R$ 20.000,00 à vista.

d) Compra a prazo de mercadoria para revenda no valor de R$ 6.000,00.

e) Pagamento de R$ 3.000,00 ao fornecedor.

Aula 12 – Entendendo o registro contábil

Nesta aula você verá como se processa o registro contábil, ou seja, o lançamento contábil.

12.1 São elementos essenciais do registro contábil

a) a data da ocorrência da transação;

b) a conta debitada;

c) a conta creditada;

d) o histórico da transação de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado, quando se tratar de escrituração eletrônica, baseado em tabela auxiliar inclusa em plano de contas;

e) o valor da transação;

f) o número de controle para identificar os registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil.

Fonte: Minuta do Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 2009. Disponível em www.tesouro.fazenda.gov.br

12.2 Lançamento contábil

É a técnica utilizada para o registro de fatos administrativos, pois provocam alterações no patrimônio ou no resultado do exercício da empresa. Os lançamentos contábeis devem seguir a legislação vigente, e podem ser realizados em livros ou em fichas de forma eletrônica ou manual

12.2.1 Lançamento pelo Método de Partida Simples

É o registro único ou simplificado. Acontece quando é feito, por exemplo, um registro de entrada ou de saída, no livro de inventário ou no livro caixa da empresa para obtenção do saldo final.

12.2.2 Lançamento pelo Método de Partidas Dobradas

É também conhecido como método da causa e efeito ou método da origem e aplicação. É o método utilizado na contabilidade para a elaboração das demonstrações contábeis.

Lembra do pai da contabilidade? O Frei Luca Pacioli foi o primeiro a apresentar o método das partidas dobradas, e por apresentar esta técnica, ficou eternizado na história da contabilidade. O método das partidas dobradas consiste no lançamento do mesmo valor a débito e a crédito. Ou seja, para cada valor lançado a débito, obrigatoriamente a empresa fará o lançamento do mesmo valor a crédito, isto é, não existe débito sem crédito e vice-versa.

12.3 Escrituração

Escriturar é registrar. Esses registros podem ser feitos em livros próprios de forma eletrônica ou manual. Há muitos livros que poderão ser escriturados para atender a legislação vigente, por exemplo os livros de (1) registro de empregados (por exigência trabalhista), (2) entradas e saídas de mercadorias, (3) apuração de ICMS, IPI, ISS, (4) registro de impressão de documentos fiscais e de ocorrências (por exigências fiscais), entre outros. Porém, os livros contábeis que mais se destacam são: diário, razão e caixa.

12.3.1 Livro Diário

Registro em ordem cronológica de data e sequencial de lançamento, de todos os registros efetuados na contabilidade durante o período. É um livro obrigatório para as empresas.

Modelo 1 (com colunas)

Livro Diário				
Empresa Exemplo Ltda. CNPJ: 01.234.567/0001-89				
Data	**Conta a Débito**	**Conta a Crédito**	**Histórico**	**Valor**
12/05/2005	Caixa	Capital Social	Integralização do capital referente ao Sócio 1.	5.000,00
12/05/2005	Caixa	Capital Social	Integralização do capital referente ao Sócio 2.	1.000,00
12/05/2005	Computadores	Capital Social	Integralização de parte do capital com um computador, modelo X, do sócio 2.	3.000,00
12/05/2005	Caixa	Capital Social	Integralização de parte do capital do sócio 2, com móveis para o escritório.	1.000,00

Modelo 2 (sem colunas)

12/05/2005	**Caixa**		
	a Capital Social		
		Integralização do capital referente ao Sócio 1	**5.000,00**
12/05/2005	**Caixa**		
	a Capital social		
		Integralização do capital referente ao Sócio 2	**1.000,00**
12/05/2005	**Caixa**		
	a Capital Social		
		Integralização de parte do capital com um computador, modelo X, do sócio 2	**3.000,00**
12/05/2005	**Caixa**		
	a Capital Social		
		Integralização de parte do capital do sócio 2, com móveis para o escritório	**1.000,00**

Fonte: www.juliobattisti.com.br/tutoriais/rodrigosfreitas/conhecendocontabilidade010.asp

12.3.2 Livro Razão

É um livro auxiliar, obrigatório pela legislação comercial. Neste livro os registros são demonstrados na ordem de contas. Ou seja, utiliza-se a ordem cronológica de acontecimentos dentro da mesma conta. Neste livro, aparecerão todas as contas que tiveram saldo ou lançamentos no período.

Exemplo:

Razão Analítico				
XPTO Comércio Ltda.			Data:	
CNPJ: 01.342.575/0001-87			Período:	
Conta: Bancos Conta Movimento - Bradesco S/A				
Data	**Histórico da Operação**	**Débito**	**Crédito**	**Saldo**
01.01.2008	Saldo Inicial			1.000,00 D
02.01.2008	Depósito	500,00		1.500,00 D
02.01.2008	Cheque nº 050070		200,00	1.300,00 D
	Totais	500,00	200,00	1.300,00 D

Fonte: www.portaldecontabilidade.com.br

A-Z

Intrínseco
Que está no interior de uma coisa e lhe é próprio e essencial. Que existe por si mesmo. Interior ou interno.

Extrínseco
Que não pertence à essência de uma coisa (opõe-se a intrínseco). Exterior ou externo.

Formalidades Intrínsecas aos Livros:

I. utilizar forma e padrão contábil;
II. adotar idioma e moeda nacional;
III. possuir clareza e exatidão;
IV. não conter rasuras, borrões, emendas, entrelinhas ou transporte para as margens;
V. obedecer à rigorosa ordem cronológica;
VI. guardar continuidade;
VII. seguir método uniforme de escrituração - Plano de Contas.

Formalidades Extrínsecas aos Livros:

I. encadernação;
II. numeração sequenciada;
III. termos de abertura e encerramento;
IV. registro nos órgãos de registro de pessoas jurídica

Fonte: SCHNORR *et al*, 2008.

Anotações

Aula 13 – Atos e fatos administrativos

O objetivo desta aula é identificar os atos e fatos administrativos que são os acontecimentos que ocorrem diariamente nas instituições.

Durante o exercício fiscal, os administradores e funcionários da empresa, no exercício de suas funções, praticam diversas ações. Estas ações são atos dentro da organização, sendo que muitos desses atos devem ser registrados pela contabilidade, por alterarem a situação patrimonial e o resultado da empresa. Mas existem atos que não produzem alterações patrimoniais e de resultado e, portanto, não necessitam ser registrados. É o caso de decisões normais sobre a conduta dentro da organização; elaboração de manuais de procedimentos; reuniões; aplicação de advertências e até mesmo a contratação ou demissão de funcionários. Observe que o ato de contratar ou demitir não gera lançamento contábil no momento, mas produzirá fatos contábeis que gerarão lançamentos futuros, quando forem realizados pagamentos a este funcionário. Outros atos geram fatos contábeis imediatamente, por alterar a situação patrimonial e/ou de resultado e deverão ser registrados.

13.1 Classificação dos Fatos Administrativos

Os fatos administrativos são classificados como: permutivos, modificativos ou mistos.

13.1.1 Fatos administrativos Permutativos

São aqueles que trocam valores entre os elementos do ativo ou passivo, sem alterar o patrimônio líquido. Pode haver a troca entre elementos do ativo, entre elementos do passivo ou entre ativo e passivo.

Balanço Patrimonial Inicial			
Ativo		**Passivo**	
Circulante			
Disponibilidades		*Circulante*	
Caixa	*R$ 18.000,00*	*Obrigações com Terceiros*	
Estoques de Mercadorias	*R$ 5.000,00*	*Fornecedor*	*R$ 3.000,00*
Não Circulante			
Imobilizado		*Patrimônio Líquido*	
Móveis	*R$ 10.000,00*	*Capital Social*	*R$ 30.000,00*
Total do Ativo	**R$ 33.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 33.000,00**

Exemplo 1:

Durante o período houve o pagamento de R$ 2.000,00 aos fornecedores. Após este fato, o **patrimônio líquido** ficou inalterado, havendo apenas mudança entre elementos do ativo e passivo.

Ativo		Passivo	
Circulante			
Disponibilidades		*Circulante*	
Caixa	*R$ 16.000,00*	*Obrigações com Terceiros*	
Estoques de Mercadorias	*R$ 5.000,00*	*Fornecedor*	*R$ 1.000,00*
Não Circulante			
Imobilizado		*Patrimônio Líquido*	
Móveis	*R$ 10.000,00*	*Capital Social*	*R$ 30.000,00*
Total do Ativo	**R$ 31.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 31.000,00**

Aqui há um fato permutativo diminutivo (diminuiu o total do ativo/passivo).

Exemplo 2:

Houve a compra de mercadoria para revenda no valor de R$ 4.000,00 a prazo.

Ativo		Passivo	
Circulante			
Disponibilidades		*Circulante*	
Caixa	*R$ 16.000,00*	*Obrigações com Terceiros*	
Estoques de Mercadorias	*R$ 9.000,00*	*Fornecedor*	*R$ 5.000,00*
Não Circulante			
Imobilizado		*Patrimônio Líquido*	
Móveis	*R$ 10.000,00*	*Capital Social*	*R$ 30.000,00*
Total do Ativo	**R$ 35.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 35.000,00**

Aqui há um fato permutativo aumentativo (aumentou o total do ativo/passivo)

Um fato permutativo sempre será aumentativo ou diminutivo? Não necessariamente. Por exemplo, quando a empresa recebe de clientes, aumenta o valor de dinheiro em caixa, mas diminui o valor a receber de clientes, sem alterar o patrimônio.

Podemos então concluir que quando há somente a troca entre elementos do ativo, ou somente entre elementos do passivo, não há alteração do total do ativo ou passivo. Quando há a troca entre elementos do ativo e passivo, haverá alteração no total do ativo e passivo.

13.1.2 Fatos administrativos Modificativos

São aqueles que provocam modificações no **Patrimônio Líquido**. Geralmente, as alterações que provocam no patrimônio líquido vem do lucro ou do prejuízo. Portanto, na maioria das vezes, os fatos modificativos envolvem contas patrimoniais e também de resultado.

Vamos supor que a empresa acima, no período tenha despesas administrativas no valor de R$ 1.000,00, que foram pagas à vista.

Conta Patrimonial			Conta de Resultado	
	CAIXA		**Despesas Administrativas**	
SI	16.000,00	1.000,00	1.000,00	

Observação

O resultado do exercício foi negativo (prejuízo), pelo motivo das despesas serem maiores que as receitas no período, e isso alterou o patrimônio da empresa.

Ativo		Passivo	
Circulante		*Circulante*	
Disponibilidades		*Obrigações com Terceiros*	
Caixa	*R$ 15.000,00*	*Fornecedor*	*R$ 5.000,00*
Estoques de Mercadorias	*R$ 9.000,00*		
Não Circulante		*Patrimônio Líquido*	
Imobilizado		*Capital Social*	*R$ 30.000,00*
Móveis	*R$ 10.000,00*	*Prejuízo do Exercício*	*(R$ 1.000,00)*
Total do Ativo	**R$ 34.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 34.000,00**

É possível um fato modificativo sem envolver contas de resultado?
Sim, é possível. Veja um exemplo: Com base no balanço patrimonial acima, registre o aumento do capital social em R$ 5.000,00 em dinheiro.

Contas Patrimoniais

CAIXA		Capital Social	
SI	15.000,00		30.000,00
	5.000,00		5.000,00

Ativo		Passivo	
Circulante		*Circulante*	
Disponibilidades		*Obrigações com Terceiros*	
Caixa	*R$ 20.000,00*	*Fornecedor*	*R$ 5.000,00*
Estoques de Mercadorias	*R$ 9.000,00*		
Não Circulante		*Patrimônio Líquido*	
Imobilizado		*Capital Social*	*R$ 35.000,00*
Móveis	*R$ 10.000,00*	*Prejuízo do Exercício*	*R$ (1.000,00)*
Total do Ativo	**R$ 39.000,00**	**Total do Passivo**	**R$ 39.000,00**

Anotações

Aula 14 – Exercício de contabilização - I

Através da prática vamos aperfeiçoando o nosso conhecimento e aumentando o nosso aprendizado. Assim sendo, nesta aula vamos praticar com exercícios.

A partir de agora, vamos começar a fazer lançamentos contábeis e efetuar apuração do Balanço Patrimonial e Apuração do Resultado do Exercício.

14.1 Contabilizando

1. No dia 15/12, foi constituída a empresa "EaD Com. Alimentos Ltda" com a integralização em dinheiro de R$ 40.000,00 de capital social.
2. No dia 17/12, a empresa comprou R$ 4.000,00 de mercadoria para revenda, pagando 50% à vista.
3. No dia 20/12, a empresa fez uma venda de mercadoria no valor de R$ 6.000,00, recebendo R$ 3.000,00 à vista.
4. No dia 30/12, a empresa apurou despesas que serão pagas somente no próximo mês: água - R$ 110,00; luz - R$ 220,00 e telefone R$ 85,00;
5. No dia 31/12, foi feita a contagem de estoque e o saldo final encontrado foi de R$ 400,00.

Contas Patrimoniais

CONTAS DO ATIVO

CAIXA	
(1) 40.000,00	
(3) 3.000,00	

ESTOQUE DE MERCADORIA	
(2) 4.000,00	3.600,00 (5)*

CLIENTE	
(3) 3.000,00	

CONTAS DO PASSIVO

CAPITAL SOCIAL	
	40.000,00 (1)

FORNECEDOR	
	2.000,00 (2)

ÁGUA A PAGAR	
	110,00 (4)

ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR	
	220,00 (4)

TELEFONE A PAGAR	
	85,00 (4)

LUCRO DO EXERCÍCIO	
	1.985,00**

Contas de Resultado

RECEITAS

VENDA DE MERCADORIA

	6.000,00 (3)

DESPESAS

ÁGUA

110,00 (4)	

ENERGIA ELÉTRICA

(4) 220,00	

TELEFONE

(4) 85,00	

CMV

*(5) 3.600,00	

Observe que no **item 5** do exercício, temos uma valiosa informação, o saldo final de estoque de é de R$ 400,00. Esta informação é importantíssima, pois através dela é possível saber quanto custou a mercadoria que foi vendida.

14.2 Sistema de controle de estoque

Há dois sistemas para cálculo do saldo de estoque e do custo da mercadoria vendida.

O primeiro sistema é do **controle permanente de estoque**. Sempre que uma mercadoria entra no estoque ou é vendida e sai do estoque, o registro é feito no mesmo momento. Por isso o nome de controle permanente do estoque.

O segundo sistema, foi o apresentado no exercício e que vamos utilizar para saber quanto custou a mercadoria vendida. É quando a empresa faz a contagem de estoque no final do período, por isso o nome de **controle periódico de estoque**.

A fórmula que permite fazer o cálculo do CMV é a seguinte:

CMV = Estoque inicial + Compras – Estoque final

CMV = 0 (sem saldo de estoque) + R$ 4.000,00 (compras) – R$ 400,00 (saldo final)

* **CMV = R$ 3.600,00**

**** Apuração do Resultado do Exercício (ARE)**

Nesta etapa, devemos calcular se no período, a empresa teve lucro ou prejuízo.

ARE

	DESPESAS	RECEITAS	
CMV	**3.600,00**	**6.000,00**	Receita
água	**110,00**		
energia	**220,00**		
telefone	**85,00**		
	4.015,00	**6.000,00**	
	1.985,00		

Esta diferença é o Lucro (receita > soma das despesas)

Observação

Após a apuração do resultado do exercício, todas as contas de Resultado (despesa e receita) devem ser zeradas. Começando um novo exercício, as contas de resultado sempre iniciarão sem saldo anterior.

Finalmente, agora sim o Balanço Patrimonial pode ser elaborado.

Vamos recaptular as etapas percorridas?

1. Lançamentos em razonetes.
2. Apuração do Custo da Mercadoria Vendida (CMV).
3. Apuração do Resultado do Exercício (ARE).
4. Elaboração do Balanço Patrimonial.

Balanço Patrimonial

Ativo		Passivo	
Circulante		*Circulante*	
Disponibilidades		*Obrigações com Terceiros*	
Caixa	*R$ 41.000,00*	*Fornecedores*	*R$ 2.000,00*
Valores a Receber		*Água a Pagar*	*R$ 110,00*
Clientes	*R$ 3.000,00*	*Energia a Pagar*	*R$ 220,00*
Estoques		*Telefefones a Pagar*	*R$ 85,00*
Mercadorias	*R$ 400,00*	*Patrimônio Líquido*	
		Capital Social	*R$40.000,00*
		Lucro Líquido do Exercício	*R$ 1.985,00*
Total do Ativo	**R$ 44.400,00**	**Total do Passivo**	**R$ 44.400,00**

Para memorizar

Conta de lucro ou prejuízo (saldo da apuração do resultado do exercício, que encontramos através da diferença entre receitas e despesas) deverá ser registrada no patrimônio líquido, dentro do passivo no balanço patrimonial, para que tenha o mesmo valor do lado do Ativo e Passivo.

Conta de Despesa gera SEMPRE a saída de dinheiro ($) ou uma dívida (valor a pagar).

Conta de Venda (receita) gera SEMPRE ou dinheiro ($) ou um direito (receber o valor da venda).

Saída de estoque (mercadoria vendida) sempre SERÁ uma conta de resultado que diminui o lucro, chamada **custo da mercadoria vendida**.

Agora vamos fazer um exercício em que a empresa apresenta prejuízo.

Baseando-se no balanço anterior, faça os seguintes lançamentos contábeis**:**

1. Compra de R$ 8.200,00 de mercadoria para revenda, pagando 20% à vista.
2. Venda de mercadoria no valor de R$ 4.200,00, recebendo R$ 1.100,00 à vista. Obs. - A mercadoria vendida custou R$ 3.000,00 para a empresa.
3. Pagamento de água, luz e telefone do exercício anterior.
4. Despesas apuradas no período: salário (R$ 1.200,00), luz (R$ 160,00), água (R$110,00) e telefone (R$ 130,00).

Faça os lançamentos em razonetes, apuração do custo da mercadoria vendida, apuração do resultado do exercício e o balanço patrimonial.

Contas Patrimoniais

CONTAS DO ATIVO

CAIXA

(SI) 41.000,00	1.640,00 (1)
(2) 1.100,00	415,00 (3)

ESTOQUE DE MERCADORIA

(SI) 400,00	3.000,00 cmv
(1) 8.200,00	

CLIENTE

(SI) 3.000,00	
(2) 3.100,00	

CONTAS DO PASSIVO

CAPITAL SOCIAL

	40.000,00 (SI)

FORNECEDOR

	2.000,00 (SI)
	6.560,00 (1)

ÁGUA A PAGAR

(3) 110,00	110,00 (SI)
	110,00 (4)

ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR

(3) 220,00	220,00 (SI)
	160,00 (4)

TELEFONE A PAGAR

(3) 85,00	85,00 (SI)
	130,00 (4)

SALÁRIOS A PAGAR

	1.200,00 (4)

RESERVA DE LUCRO

	1.985,00

LUCRO DO EXERCÍCIO

1.985,00	1.985,00 (SI)

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

(ARE) 400,00

Contas de Resultado

RECEITAS

VENDA DE MERCADORIA

	4.200,00 (2)

DESPESAS

ÁGUA

(4) 110,00	

ENERGIA ELÉTRICA

(4) 160,00	

TELEFONE

(4) 130,00	

CMV

(CMV) 3.000,00	

SALÁRIOS

(4) 1.200,00	

* Observe que o valor do custo da mercadoria vendida foi informado como observação no item 2.

Nesta etapa, devemos calcular se no período a empresa teve lucro ou prejuízo.

ARE

	DESPESAS	RECEITAS	
CMV	**3.000,00**	**4.200,00**	Receita
água	**110,00**		
energia	**160,00**		
telefone	**130,00**		
salários	**1.200,00**		
	4.600,00	**4.200,00**	
		400,00	

Esta diferença é o prejuízo (receita < despesas)

Balanço Patrimonial

Ativo	Passivo
Circulante	*Circulante*
Disponível	*Obrigações com Terceiros*
Caixa.....40.045,00	*Fornecedores.....8.560,00*
	Água a Pagar.....110,00
Valores a receber	*Energia a Pagar.....160,00*
Clientes..... 6.100,00	*Telefones a Pagar.....130,00*
Estoques	*Salário a Pagar.....1.200,00*
Mercadorias.....5.600,00	*Patrimônio Líquido*
	Capital Social.....40.000,00
	Reservas Lucros.....1.985,00
	Prejuízo do Exercício.....(400,00)
Total do Ativo.....51.745,00	**Total do Passivo.....51.745,00**

Aula 15 – Exercício de contabilização - II

Nesta aula continuamos a prática, pois para aprender e fixar os conceitos e teorias da contabilidade é necessário exercitar.

15.1 Fatos administrativos para contabilização

1. No dia 07/12, foi constituída a empresa "Vou fechar o balanço Ltda" com a integralização em dinheiro de R$ 30.000,00 de capital social.

2. No dia 11/12, a empresa comprou R$ 8.000,00 de mercadoria para revenda, pagando 20% à vista.

3. No dia 19/12 a empresa fez uma venda de mercadoria no valor de R$ 7.000,00, recebendo R$ 1.500,00 à vista.

4. No dia 31/12, a empresa apurou as seguintes despesas que serão pagas somente no próximo mês: água (R$ 80,00), luz (R$ 60,00) e telefone (R$ 50,00).

5. No dia 31/12, foi feita a contagem de estoque, e o saldo final encontrado foi de R$ 3.000,00.

Faça os lançamentos em razonetes, a apuração do custo das mercadorias vendidas e do resultado do exercício, e finalmente elabore o Balanço Patrimonial.

Caso tenha dúvida...

Tente fazer o lançamento observando o exercício anterior, que é bem semelhante. Se ainda assim não conseguir entender, consulte o exercício resolvido. Mas para o próximo não terá ajuda. Portanto é importante aprender. Você também poderá ligar na tutoria para tirar as suas dúvidas.

Contas Patrimoniais

CONTAS DO ATIVO

CAIXA	
(1) 30.000,00	1.600,00 (2)
(3) 1.500,00	

ESTOQUE DE MERCADORIA	
(2) 8.000,00	5.000,00 cmv

CLIENTE	
(3) 5.500,00	

CONTAS DO PASSIVO

CAPITAL SOCIAL	
	30.000,00 (1)

FORNECEDOR	
	6.400,00 (2)

ÁGUA A PAGAR	
	80,00 (4)

ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR	
	60,00 (4)

TELEFONE A PAGAR	
	50,00 (4)

LUCRO DO EXERCÍCIO	
	1.810,00**

Contas de Resultado

RECEITAS

VENDA DE MERCADORIA	
	7.000,00 (3)

DESPESAS

ÁGUA	
(4) 80,00	

ENERGIA ELÉTRICA	
(4) 60,00	

TELEFONE	
(4) 50,00	

CMV	
*(CMV) 5.000,00	

***CMV = Ei + C - EF**
CMV = 0 + 8.000,00 – 3.000,00
CMV = 5.000,00

** Apuração do Resultado do Exercício (ARE)

ARE

	DESPESAS	RECEITAS	
CMV	**5.000,00**	**7.000,00**	Receita
água	**80,00**		
energia	**60,00**		
telefone	**50,00**		
	5.190,00	**7.000,00**	
	1.810,00		

Esta diferença é o lucro (receitas > soma das despesas)

Observação

Após a apuração do resultado do exercício, todas as contas de Resultado (despesa e receita) devem ser zeradas. Começando um novo exercício, as contas de resultado sempre iniciarão sem saldo anterior.

Balanço Patrimonial da empresa "Vou Fechar o balanço Ltda", encerrado em 31/12/2009.	
Ativo	**Passivo**
Circulante *Disponível* *Caixa.....29.900,00* *Valores a receber* *Clientes.....5.500,00* *Estoques* *Mercadorias..... 3.000,00*	*Circulante* *Obrigações com Terc.* *Fornecedores.....6.400,00* *Água a Pagar.....80,00* *Luz a Pagar.....60,00* *Telefone a Pagar..... 50,00* *Patrimônio Líquido* *Capital Social.....30.000,00* *Lucro do Exercício.....1.810,00*
Total do Ativo.....38.400,00	**Total do Passivo.....38.400,00**

Agora é a sua vez e sem ajuda!!!!

Faça os lançamentos em razonetes, apuração do CMV, apuração do resultado do exercício e o balanço patrimonial.

Exercício de Contabilização 1

1. Constituir uma empresa com capital social de R$ 20.000,00 em dinheiro.
2. Compra de mercadoria para revenda por R$ 10.000,00, pagando R$ 2.000,00 à vista.
3. Venda de mercadoria no valor de R$ 12.000,00, recebendo R$ 3.000,00 à vista.
4. Despesas do mês: a) Água R$ 40,00 b) Luz R$ 50,00 c) Material de Expediente R$ 80,00; d) Salário R$ 2.000,00
5. O Estoque final apurado no final do período foi de R$ 4.000,00.

Exercício de Contabilização 2

Com base no balanço do exercício anterior, faça os seguintes lançamentos:

1. Compra de mercadoria para revenda por R$ 8.000,00, pagando R$ 2.000,00 à vista.
2. Venda de mercadoria no valor de R$ 5.000,00, recebendo R$ 1.500,00 à vista.
3. Pagamento de água, luz, material de expediente e salário do período anterior;
4. Despesas do mês: a) Água R$ 70,00 b) Luz R$ 40,00 c) Material de Expediente R$ 20,00; d) Salário R$ 1.000,00
5. O Estoque final apurado no final do período foi de R$ 10.000,00.

A resolução estará no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, mas somente recorra a ele após esgotar todas as outras formas de ajuda.

Anotações

Aula 16 – Balancete de verificação

Nesta aula você conhecerá um importante instrumento de verificação dos lançamentos contábeis.

16.1 Balancete de verificação

É uma planilha onde são feitos todos os lançamentos a débito e crédito, para então fazer a verificação se os totais lançados a débito e crédito são iguais. É a regra da partida dobrada, onde não pode haver lançamento a débito sem crédito correspondente e vice-versa. Assim, sempre deverá ser igual o valor lançado a débito e o valor lançado a crédito no saldo final.

Após fazer os lançamentos nos razonetes, deve-se apurar o saldo final da contas e fazer a verificação para saber se os lançamentos estão corretos. Uma forma de fazer esta verificação é através do Balancete de Verificação.

Atenção

O balancete apenas confrontará os lançamentos feitos a débito e os lançamentos feitos a crédito. Ele não conseguirá detectar se houve fraude ou omissão de lançamentos.

Exemplo de Balancete de Verificação – baseado no balanço abaixo:

Ativo		Passivo	
Circulante		*Circulante*	
Disponível		*Obrigações com Terc.*	
Caixa	*29.900,00*	*Fornecedores*	*6.400,00*
Valores a receber		*Água a Pagar*	*80,00*
Clientes	*5.500,00*	*Luz a Pagar*	*60,00*
Estoques		*Telefone a Pagar*	*50,00*
Mercadorias	*3.000,00*		
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	*30.000,00*
		Lucro do Exercício	*1.810,00*
Total do Ativo	**38.400,00**	**Total do Passivo**	**38.400,00**

Durante o exercício, ocorreram os seguintes fatos administrativos:

1. Compra de mercadoria para revenda à vista por R$ 10.000,00.
2. Pagamento de R$ 2.000,00 ao fornecedor.
3. Venda de mercadoria á vista por R$ 2.000,00, o custo da mercadoria vendida foi de R$ 1.000,00.

CONTAS DO ATIVO

CAIXA

(SI) 29.900,00	10.000,00 (1)
(3) 2.000,00	2.000,00 (2)

ESTOQUE DE MERCADORIA

(SI) 3.000,00	1.000,00 (3)
(1) 10.000,00	

CLIENTE

(SI) 5.500,00	

CONTAS DO PASSIVO

CAPITAL SOCIAL

	30.000,00 (SI)

FORNECEDOR

(2) 2.000,00	6.400,00 (SI)

ÁGUA A PAGAR

	80,00 (SI)

ENERGIA ELÉTRICA A PAGAR

	60,00 (SI)

TELEFONE A PAGAR

	50,00 (SI)

LUCRO DO EXERCÍCIO

	1.810,00 (SI)

RECEITAS

VENDA DE MERCADORIA

	2.000,00 (3)

DESPESAS

CMV

(3) 1.000,00	

BALANCETE DE VÁRIAS COLUNAS - MODELO

Empresa _____
"Balancete de Verificação em ____/_____/_____

CONTAS	BALANCETE ANTERIOR		MOVIMENTO DO PERÍODO		BALANCETE ATUAL	
	SALDOS		DÉBITO	CRÉDITO	SALDOS ATUAIS	
	Devedores	Credores			Devedores	Credores
Caixa	29.900,00		2.000,00	12.000,00	**19.900,00**	
Clientes	5.500,00				**5.500,00**	
Estoques	3.000,00		10.000,00	1.000,00	**12.000,00**	
Fornecedor		6.400,00				**4.400,00**
Água a Pagar		80,00	2.000,00			**80,00**
Energia a Pagar		60,00				**60,00**
Telefone a Pagar		50,00				**50,00**
Reserva de Lucros		1.810,00				**1.810,00**
Capital Social		30.000,00				**30.000,00**
Venda de Mercad.				2.000,00		**2.000,00**
CMV			1.000,00		**1.000,00**	
Total	38.400,00	38.400,00	15.000,00	15.000,00	**38.400,00**	**38.400,00**

ARE

	DESPESAS	RECEITAS	
CMV	**1.000,00**	**2.000,00**	Receita
	1.000,00	2.000,00	
Lucro	**1.000,00**		

Balanço Patrimonial da empresa _____ em ___/___/_____

Ativo		Passivo	
Circulante		*Circulante*	
Disponível		*Obrigações com Terc.*	
Caixa	*19.900,00*	*Fornecedores*	*4.400,00*
Valores a receber		*Água a Pagar*	*80,00*
Clientes	*5.500,00*	*Energia a Pagar*	*60,00*
Estoques		*Telefone a Pagar*	*50,00*
Mercadorias	*12.000,00*		
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	*30.000,00*
		Reserva de Lucro	*1.810,00*
		Lucro do Exercício	*1.000,00*
Total do Ativo	**37.400,00**	**Total do Passivo**	**37.400,00**

Atividades de aprendizagem

1. A empresa "Contabilidade é Moleza Ltda" apresentou os seguintes saldos em Novembro/2009. Pede-se a Elaboração do Balancete de Verificação e do Balanço Patrimonial.

Conta	Saldo
Banco Conta Corrente	166.200,00
Caixa	59.200,00
Capital Social	100.000,00
Clientes	22.000,00
COFINS a Recolher	8.000,00
CSSL a Recolher	2.800,00
Duplicatas a Pagar	3.000,00
Empréstimos a Pagar	25.000,00
Financiamento a Pagar	200.000,00
Fornecedores	240.000,00
Imóveis	500.000,00
IRPJ a Pagar	9.000,00
Reservas de Lucros	182.600,00
Mercadorias	35.000,00
Móveis e Utensílios	8.000,00
PIS a Recolher	2.000,00
Salários a Pagar	40.000,00
Veículos	22.000,00

2. Com base no balanço produzido no exercício anterior, faça os lançamentos que ocorreram durante o mês de dezembro de 2009, cujas movimentações são as seguintes:

a)	**02/12**	Compra de mercadorias: R$ 40.000,00 à vista, e R$ 60.000,00 a prazo
b)	**03/12**	Pagamento de empréstimos: R$ 5.000,00 com cheque
c)	**06/12**	Pagamento total de Salários com cheque
d)	**07/12**	Pagamento total do COFINS e do PIS com cheque
e)	**10/12**	Venda de mercadorias: 40.000,00 à vista, e 10.000,00 a prazo
f)	**12/12**	Recebimento de clientes: R$ 22.000,00
g)	**16/12**	Pagamento total do IRPJ e do CSSL
h)	**18/12**	Compra de material de limpeza: R$ 200,00 com cheque
i)	**21/12**	Venda de mercadorias: R$ 40.000,00 à vista, via banco
j)	**25/12**	Venda de mercadorias: R$ 20.000,00 à vista e R$ 10.000,00 a prazo
k)	**26/12**	Compra de mercadorias: R$ 15.000,00 à vista
l)	**28/12**	Pagamento a fornecedores: R$ 20.000,00

Pede-se:

1) Efetue os lançamentos acima em razonetes;

2) Faça a apuração do custo da mercadoria vendida (CMV), sabendo que o estoque final foi de R$ 50.000,00;

3) O Balancete de Verificação;

4) A apuração do resultado do exercício;

5) O Balanço Patrimonial.

ROTEIRO PARA APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (ARE)

- √ Elaboração do Balancete de Verificação, extraindo-se os saldos dos razonetes;
- √ Transferir saldos das contas de despesas para a conta Resultado do Exercício (ARE);
- √ Transferir saldos das contas de receitas para a conta Resultado do Exercício (ARE);
- √ Verificar que todas as contas de receita e despesa estejam zeradas (transferidas para o ARE);
- √ Apurar o saldo da conta resultado do exercício;
- √ Transferir o saldo da conta resultado do exercício para a conta patrimonial Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Aula 17 – Regimes de apuração do resultado

Nesta aula você conhecerá sobre os regimes de apuração de resultado existentes.

17.1 Competência

a) Regime universalmente adotado;

b) Critério aceito e recomendado pelo Imposto de Renda.

- **Receitas –** São contabilizadas no período em que foram geradas (à vista ou a prazo);
- **Despesas –** são contabilizadas no período em que foram consumidas, independentemente do pagamento ter sido realizado ou não.

Toda despesa gerada no período (mesmo que ainda não tenha sido paga) será subtraída do total da receita, também gerada no mesmo período (mesmo que ainda não tenha sido recebida).

Apuração do resultado em um exercício → **Regime de competência:** Toda a receita ganha no exercício Toda a despesa incorrida no exercício

17.2 Regime de caixa

Quando a contabilização é feita somente no momento em que há o ingresso ou saída de dinheiro no caixa.

- **Receitas –** É contabilizada no momento do recebimento do dinheiro;
- **Despesas –** É contabilizada no momento do pagamento.

Regimes de apuração do resultado

Exemplo de Regime de Caixa e Competência:

A empresa Contabilidade é Moleza Ltda vendeu R$ 25.000,00 e só recebeu R$ 15.000,00 (o restante receberá no futuro); teve como despesa no período R$ 10.000,00 e pagou até o último dia do ano R$ 8.000,00.

A.R.E.	COMPETÊNCIA	CAIXA
Receitas	25.000,00	15.000,00
Despesas	(10.000,00)	(8.000,00)
Resultado	15.000,00	7.000,00

A empresa Aprendi a Contabilizar Ltda inicia suas atividades em fevereiro de 2008, com um capital de R$ 20.000,00; sendo que R$ 10.000,00 vai para o caixa, R$ 5.000,00 é investido em móveis e utensílios, e R$ 5.000,00 foi utilizado na aquisição de mercadorias para revenda.

No mês de março de 2008 a empresa vendeu todo seu estoque de mercadoria pelo valor de R$ 10.000,00, recebendo 40% do valor à vista, e pagou uma despesa de R$ 5.000,00. Comprou mercadoria para revenda para repor o estoque no valor de R$ 6.500,00 que pagou 50% à vista e o restante para 30 dias.

Com base nestes dados, monte o Balanço Patrimonial e apure o lucro pelo regime de competência e pelo regime de caixa.

Balanço Patrimonial Demonstração do Lucro pelo regime de Competência e Caixa.

A.R.E.	COMPETÊNCIA	CAIXA
Receita		
(-) Custo		
(-) Despesa		
Resultado		

Uma empresa vendeu por R$ 2.000,00, recebendo 50% à vista e teve custos e despesas de R$ 600,00, pagando metade à vista. O lucro apurado pelo regime de competência e pelo regime de caixa será respectivamente:

1. R$ 1.400,00 e R$ 1.400,00
2. R$ 1.400,00 e R$ 700,00
3. R$ 2.000,00 e R$ 600,00
4. R$ 2.000,00 e R$ 700,00
5. R$ 2.000,00 e R$ 1.400,00.

JUROS - É o valor pago a mais em uma negociação. Pode ser receita, quando a empresa recebe juros, chamado de juros ativo. Pode ser despesa quando a empresa paga juros, chamado justos passivo.

Exemplos:

a) Recebimento de R$ 1.000,00, do cliente com 4% de juros.

- Débito na conta caixa ou Banco R$ 1.040,00
- Crédito na conta cliente R$ 1.000,00
- Crédito em juros ativos de R$ 40,00 (receita)

b) Pagamento a fornecedor de R$ 1.000,00, com 3% de juros.

- Débito na conta Fornecedor R$ 1.000,00
- Débito na conta juros passivos R$ 30,00
- Crédito na conta caixa ou Banco R$ 1.030,00

DESCONTOS – Quando se paga menos que o valor normal. Pode ser receita quando recebemos, chamado desconto obtivo.Pode ser despesa quando deixamos de receber, chamado desconto concedido.

Exemplos:

a) Recebimento do cliente o valor de R$ 10.000,00, com 3% de descontos.

- Débito na conta Caixa ou Banco R$ 9.700,00.
- Débito na conta desconto concedido (despesa) R$ 300,00.
- Crédito na conta cliente R$ 10.000,00.

b) Pagamento a fornecedor de R$ 5.000,00, com 5% de desconto.

- Débito na conta fornecedor R$ 10.000,00.
- Crédito na conta desconto Obtido (receita) R$ 500,00.
- Crédito na conta Caixa ou Banco R$ 9.500,00.

Atividades de aprendizagem

1. Faça os lançamentos abaixo:

a) Abertura de uma empresa com capital social em dinheiro: R$ 50.000,00

b) Compra de um automóvel no valor de R$ 30.000,00, com entrada de R$ 5.000,00 e saldo financiado

c) Compra de material de expediente, à vista no valor de R$ 800,00

d) Depósito no Banco do Brasil em conta corrente: R$ 20.000,00

e) Compra de mercadoria para revenda no valor de R$ 2.000,00, por pagar à vista recebeu um desconto de R$ 100,00.

f) Venda de Mercadoria no valor de R$ 3.000,00, recebendo: R$ 1.000,00 à vista, e juros de R$ 200,00.

g) Pagamento de aluguel do mês no valor de R$ 500,00, mais juros de R$ 50,00

h) Venda de mercadoria no valor de R$ 2.000,00, como o cliente pagou à vista, recebeu um desconto de R$ 200,00.

Pede-se:

√ Contabilização dos fatos em razonetes

√ Balancete de Verificação

√ Apuração do resultado do exercício

√ Balanço Patrimonial

2. As contas a seguir e seus respectivos saldos em 30-11-X2 pertencem à contabilidade de uma empresa comercial:

Contas	Saldos – R$	Saldos Devedores	Saldos Credores
Caixa	45.000,00		
Móveis e Utensílios	180.000,00		
Imóveis	290.000,00		
Duplicatas a pagar	92.000,00		
Despesas de Salários	40.000,00		
Estoque de Mercadorias	56.000,00		
Imposto a pagar	29.000, 00		
Despesa de Aluguel	24.000,00		
Despesas de Juros	5.000,00		
Vendas de Mercadorias	330.000,00		
Duplicatas a receber	120.000,00		
Descontos obtidos	9.000,00		
Capital Social	300.000,00		
Totais			

Durante o mês de dezembro de X2, ocorreram as seguintes operações:

1. Foi aberta uma conta corrente no Banco Itaú S.A., tendo sido depositada a importância de R$ 24.000,00

2. Pagamento em cheque de uma duplicata no valor de R$ 10.000,00, sendo que a empresa obteve um desconto de 5%

3. Vendas a prazo de mercadorias no valor de R$ 8.000,00 tendo sido emitidas duas duplicatas com vencimentos para 30 e 60 dias da data da venda

4. Recebimento em cheque de uma duplicata no valor de R$ 20.000,00 mais 3% de juros, cobrados em virtude de atraso no pagamento

5. O estoque final de mercadorias, apurado mediante levantamento físico realizado no dia 31-12-X2, totalizou R$ 75.000,00.

Pede-se:

√ Distribuir os saldos das contas anteriores em Balancete de Verificação 30-11-X2

√ Transcrever nos razonetes todos os saldos existentes em 30-11-X2

√ Registrar nos razonetes todas as operações ocorridas em dezembro/X2

√ Elaborar um Balancete de Verificação em dezembro/X2

√ Apuração do resultado do exercício

√ O Balanço Patrimonial.

(Fonte: Clóvis Luís Padoveze – Livro Manual de Contabilidade Básica – 2008.)

Anotações

Aula 18 – Os princípios fundamentais da contabilidade

Nesta aula você verá os princípios fundamentais da contabilidade, ou seja, as regras que orientam todo o processo de contabilização.

A contabilidade, como já vimos, é o registro sistematizado que visa manter o controle do patrimônio. E para que seja executada uniformemente e exista uma padronização, é importante observar algumas regras que deverão ser seguidas por todos no momento da realização dos registros contábeis. As principais regras que orientam o trabalho são conhecidas como os princípios fundamentais da contabilidade.

18.1 Os Princípios Fundamentais da Contabilidade – Resolução n. 750/93

Veja na íntegra a Resolução que foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade:

Princípios Fundamentais da Contabilidade

Resolução CFC n.º 750/93

Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA

Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2º Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade:

I - o da ENTIDADE;

II - o da CONTINUIDADE;

III - o da OPORTUNIDADE;

IV - o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;

V - o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;

VI - o da COMPETÊNCIA; e

VII - o da PRUDÊNCIA.

O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Parágrafo único – Como resultado da observância do Princípio da

OPORTUNIDADE

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Parágrafo único – Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo único – São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

Art. 11. A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Fonte: www.cfc.org.br

Com relação à atualização monetária, pela estabilidade monetária ocorrida após a implantação do Plano Real,

RESOLUÇÃO CFC Nº 900/2001

Dispõe sobre a aplicação do Princípio da Atualização Monetária.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando que o "Princípio da Atualização Monetária", conforme o "caput" do art. 8º da Resolução CFC nº 750-93, obriga a que "Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais";

Considerando que a atualização objetiva que "... permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido", segundo o inciso II do parágrafo único do art. 8º da dita Resolução;

Considerando que a aplicação do Princípio, não está atrelada a qualquer parâmetro em termos de nível inflacionário;

Considerando que os padrões internacionais de Contabilidade somente requerem a atualização monetária quando a taxa acumulada de inflação no triênio se aproxima ou exceda a 100%;

Considerando que a partir da implantação do Plano Real a economia e a moeda brasileira vem apresentando estabilidade;

Resolve:

Art. 1º A aplicação do "Princípio da Atualização Monetária" é compulsória quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.

Parágrafo único. A inflação acumulada será calculada com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), apurado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, por sua aceitação geral e reconhecimento por organismos nacionais e internacionais.

Art. 2º A aplicação compulsória do "Princípio da Atualização Monetária" deverá ser amplamente divulgada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Art. 3º Quando a taxa inflacionária acumulada no triênio for inferior a 100%, a aplicação do Princípio da Atualização Monetária somente poderá ocorrer em demonstrações contábeis de natureza complementar às demonstrações de natureza corrente, derivadas da escrituração contábil regular.

§ 1º No caso da existência das ditas demonstrações complementares, a atualização deverá ser evidenciada nas respectivas notas explicativas, incluindo a indicação da taxa inflacionária empregada.

§ 2º A Atualização Monetária, neste caso, não originará nenhum registro contábil.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: www.cfc.org.br

Além dos princípios fundamentais da contabilidade, é importante conhecer toda a legislação relativa ao exercício da profissão. Acesse aos *sites*:
www.cfc.org.br
www.crcpr.org.br

Aula 19 – Folha de Pagamento

O foco desta aula é a chamada folha de pagamento. Você receberá todas as informações necessárias para a elaboração deste importante documento.

A folha de pagamento é um documento de emissão obrigatória para efeito de fiscalização trabalhista e previdenciária. A empresa é obrigada a preparar a folha de pagamento da remuneração paga, devida ou creditada, a todos os empregados que estão a serviço dela.

Requisitos mínimos que devem constar em folha de pagamento: nome dos empregados; cargo ou função; valor bruto dos salários; valor dos descontos; valor líquido a pagar.

Curiosidade

O termo holerite surgiu a partir do século XIX, quando Herman Hollerith, estatístico norte-americano, desenvolveu uma leitora de cartões perfurados que foi amplamente utilizada para a elaboração da folha de pagamento.

Figura 19.1 – Herman Hollerith
Fonte: www.people.virginia.edu

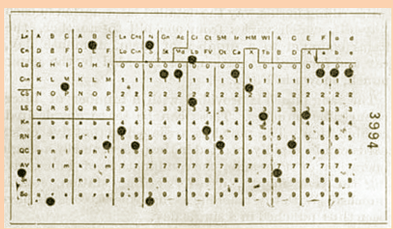


Figura 19.2 – Cartão perfurado.
Fonte: www.people.virginia.edu

O contracheque ou holerite é apenas um resumo entregue ao empregado do que está registrado na folha de pagamento.

19.1 Cálculo da Folha de Pagamento

Para qualquer cálculo, é necessário saber o valor do salário que será pago ao empregado e também conhecer a legislação trabalhista (quanto deverá ser descontado de INSS, quanto a empresa pagará de FGTS, se haverá desconto de imposto de renda, se o empregado tem o direito de receber o salário família, entre outras questões).

Tabela de desconto de INSS

Tabela de contribuição mensal - A Portaria Interministerial MPS/MF (Ministério da Previdência e Ministério da Fazenda) nº 350, de 30 de dezembro de 2009, fixou o salário mínimo em R$ 510,00 e apresentou a tabela de desconto de INSS a partir de 01/01/2010.

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 01/01/2010.

Salário de contribuição (R$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
até R$ 1.024,97	8,00
de R$ 1.024,98 a R$ 1.708,27	9,00
de R$ 1.708,28 até R$ 3.416,54	11,00

Teto de contribuição = R$ 375,82. Fonte: www.mpas.gov.br

Salário-Família

Exceto aos domésticos, o salário família é um benefício pago aos segurados empregados e aos trabalhadores avulsos que percebem salário mensal de até R$ 798,30, para auxiliar no sustento dos filhos de até 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade. (Observação: Os enteados e os tutelados são equiparados aos filhos, desde que não possuam bens suficientes para o próprio sustento, devendo a dependência econômica de ambos ser comprovada).

Você sabia?

O salário-família quando pago não é despesa para a empresa, pois o mesmo é deduzido do valor a pagar para o INSS. Veja a redação do texto que comprova a informação dada:

Portaria MPS/MF nº 350, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 4º O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade, ou inválido de qualquer idade, a partir de 1º de janeiro de 2010, é de:

I - R$ 27,24 (vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R$ 531,12 (quinhentos e trinta e um reais e doze centavos);

II - R$ 19,19 (dezenove reais e dezenove centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 531,12 (quinhentos e trinta e um reais e doze centavos) e igual ou inferior a R$ 798,30 (setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos).

(Fonte: www.mpas.gov.br)

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

As empresas devem depositar 8% dos rendimentos em uma conta vinculada do empregado, junto à Caixa Econômica Federal.

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte para 2010

Tabela Progressiva Mensal
(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009)

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R$)
Até 1.499,15	–	–
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15	280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

Dedução por dependente: R$ 150,69 (cento e cinquenta reais e sessenta e nove centavos)
Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

O mais importante será compreender os aspectos da contabilização da folha de pagamento. O profissional deve separar os gastos que são de responsabilidade da empresa, os encargos que são descontados do trabalhador e os repassados ao governo. Os gastos de responsabilidade da empresa são despesas que geram obrigação. Os encargos repassados ao governo são descontados dos empregados e, portanto não são gastos, simplesmente é repasse de recursos, sob responsabilidade da empresa.

Anotações

Aula 20 – Contabilização da folha de pagamento

Finalizando seu aprendizado da contabilidade básica, nesta aula você fará o cálculo e a contabilização da folha de pagamento.

20.1 Dados para o cálculo da folha de pagamento

Exemplo de cálculo:

José da Silva → Salário de R$ 1.000,00

Antonio da Silva → Salário de R$ 2.500,00

Observação: Eles não têm nenhum adicional. Portanto este salário será à base de cálculo para o INSS e o IRRF.

Desconto de INSS

Seguir a tabela de desconto já apresentada (ver no texto)

José da Silva = R$ 1.000,00 x 8,0 % = R$ 80,00.

Antonio da Silva = R$ 2.500,00 x 11 % = R$ 275,00.

Desconto de IRRF

A base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda na fonte é determinada mediante a dedução das seguintes parcelas do rendimento tributável:

1. As importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais.

2. O valor de **R$ 150,69** (cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) por dependente.

3. As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assim, o salário de R$ 1.000,00 do Sr. José da Silva não atinge para pagamento do imposto (que é de R$1.499,15). Portanto, ele está isento do recolhimento.

Já o Sr. Antonio da Silva tem o salário de R$ 2.500,00. Mas pode deduzir o valor que pagou de INSS, então a base de cálculo do imposto será: R$ 2.500,00 (-) R$ 275,00 = R$ 2.225,00. Para calcular o valor a recolher é necessário utilizar a tabela de recolhimento mensal do imposto. Assim, R$ 2.225,00 está enquadrado na alíquota de 7,5%. R$ 2.225,00 x 7,5% = R$ 166,88 (-) R$ 112,47 de parcela a deduzir = R$ 54,41. Valor do IRRF a recolher.

Valores na Folha de Pagamento				
Nome	**Salário**	**INSS**	**IRRF**	**Liquido a Receber**
José da Silva	R$ 1.000,00	R$ (80,00)	Isento	R$ 920,00
Antonio da Silva	R$ 2.500,00	R$ (275,00)	R$ (54,41)	R$ 2.170,59
TOTAL	R$ 3.500,00	R$ (355,00)	R$ (54,41)	R$ 3.090,59

20.2 Encargos da Empresa

Valor a Recolher ao INSS (parte da empresa)

26,8% – Há uma tabela própria, este é apenas um exemplo.

Assim, R$ 3.500,00 x 26,8% = **R$ 938,00.**

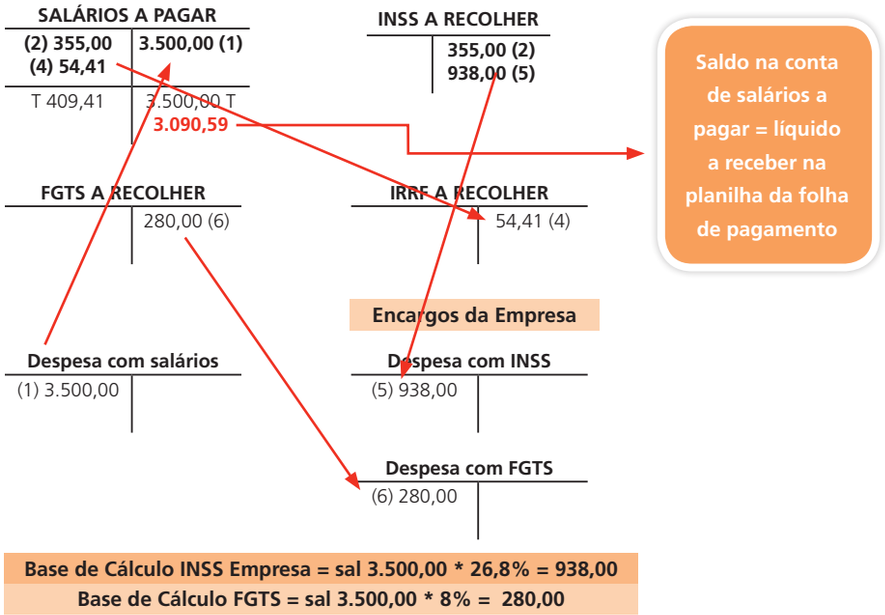
Não há recolhimento da parte da empresa se ela for enquadrada no regime de tributação do Simples Nacional. Este é um benefício fiscal para as microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas neste regime de tributação.

Valor a Recolher de FGTS

8,0 % - Assim, R$ 3.500,00 x 8,0%= R$ 280,00.

20.3 Contabilização

Na folha de pagamento há dois tipos de contas: as despesas e as obrigações. Começamos com a contabilização da folha de pagamento, relembrando que as despesas são sempre lançadas no lado esquerdo (débito), e as obrigações, no lado direito (crédito).



Os razonetes, onde aparece a expressão a Pagar ou a Recolher, são obrigações (dívidas) da empresa, e são lançadas no Balanço Patrimonial, no lado do Passivo.

Os razonetes da despesa são lançados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) porque elas diminuem o valor do lucro da empresa.

20.4 Tabela de Incidências

A tabela de incidência apresenta algumas situações e orienta para os cálculos dos valores a recolher de FTGS, INSS e IRRF. Sempre que houver dúvida, deverá ser consultada a legislação em vigor para que o cálculo seja realizado corretamente.

EVENTO	INSS	FGTS	IRRF
Abono Pecuniário de Férias - limite legal	NÃO	NÃO	NÃO
Adiantamento 13º Salário	NÃO	SIM	NÃO
Adicional de 1/3 das Férias Gozadas	SIM	SIM	SIM
Adicional de 1/3 do Abono Pecuniário de Férias- limite legal	NÃO	NÃO	SIM
Adicional de 1/3 sobre Férias Indenizadas - rescisão	NÃO	NÃO	SIM
Adicional de Insalubridade	SIM	SIM	SIM
Adicional de Periculosidade	SIM	SIM	SIM
Adicional Noturno	SIM	SIM	SIM
Aviso Prévio Indenizado	SIM	SIM	NÃO
Aviso Prévio Trabalhado	SIM	SIM	SIM
Comissão	SIM	SIM	SIM
Décimo Terceiro Salário - 13º - 1ª Parcela	NÃO	SIM	NÃO
Décimo Terceiro Salário - 13º - 2ª Parcela	SIM	SIM	SIM
Décimo Terceiro Salário - 13º - Rescisão	SIM	SIM	SIM
Décimo Terceiro Salário - 13º Indenizado - Rescisão 1/12 avos em razão do aviso prévio - parcela indenizada	NÃO	SIM	SIM
DSR - Descanso Semanal Remunerado	SIM	SIM	SIM
Faltas Dias	DEDUZ	DEDUZ	DEDUZ
Faltas Horas	DEDUZ	DEDUZ	DEDUZ
Férias Gozadas	SIM	SIM	SIM
Férias Proporcionais Indenizadas - rescisão	NÃO	NÃO	SIM
Férias Vencidas Indenizadas - rescisão	NÃO	NÃO	SIM
Horas Extras	SIM	SIM	SIM
Indenização do Artigo 479 da CLT	NÃO	NÃO	NÃO
Multa por Atraso no Pagamento	NÃO	NÃO	NÃO
Salário	SIM	SIM	SIM
Salário Família	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: www.professortrabalhista.adv.br/tabela_de_incidência.htm

Para que você entenda melhor a aplicação da tabela de incidência, vamos imaginar a situação do empregado abaixo:

Celso Santos Silva

- **Salário** R$ 650,00 (incide INSS, FGTS - ver tabela de incidência)
- **Salário-família** R$ 19,19 (não incide INSS, FGTS - ver tabela de incidência)
- **Horas extras** R$ 120,00 (incide INSS, FGTS – ver tabela de incidência)
- **Desconto de falta** R$ (20,00) (deduz para cálculo INSS, FGTS – ver tabela)

Base de cálculo do INSS

R$ 650,00 (salário) + R$ 120,00 (horas extras) – R$ 20,00 (desconto de falta)

R$ 750,00 x 8% = R$ 60,00, mais os encargos da empresa (conforme tabela própria)

Base de cálculo do FGTS

R$ 650,00 (salário) + R$ 120,00 (horas extras) – R$ 20,00 (desconto de falta)

R$ 750,00 x 8% = R$ 60,00

Cálculo de uma folha de pagamento:

Nome	Salário	Hora extra	Salário-família	Dependente para IRRF	Desconto de falta
André	R$ 1.800,00	R$ 200,00	1 filho	2 pessoas	R$ 100,00
Paulo	R$ 3.220,00	-	3 filhos	3 pessoas	R$ 320,00
Lucas	R$ 520,00	R$ 40,00	2 filhos	3 pessoas	R$ 30,00
Ivo	R$ 620,00	R$ 100,00	3 filhos	4 pessoas	R$ 20,00

Cálculos individuais

André	Salário	R$ 1.800,00
	Hora extra	R$ 200,00
	Desconto de falta	R$ 100,00
	Total	R$ 1.900,00

Salário-família – Não tem direito, salário superior ao máximo para receber o benefício.

INSS – R$ 1.900,00 x 11% = R$ 209,00

FGTS – R$ 1.900,00 x 8% = R$ 152,00

Base de Cálculo do IRRF = R$ 1.900,00 – (R$ 209,00 INSS) – (R$ 150,69 x 2 dependentes)= R$ 1.389,62 - Isento, abaixo do valor mínimo para cobrança.

Paulo	Salário	R$ 3.220,00
	Hora extra	R$ -
	Desconto de falta	R$ (320,00)
	Total	R$ 2.900,00

Salário-família – Não tem direito, salário superior ao máximo para receber o benefício.

INSS - R$ 2.900,00 x 11% = R$ 319,00

FGTS – R$ 2.900,00 x 8% = R$ 232,00

Base de Cálculo do IRRF – R$ 2.900,00 – (R$ 319,00 INSS) – (R$ 150,69 x 3 dependentes = R$ 452,07) = R$ 2.128,93

Cálculo do IRRF = R$ 2.128,93 x 7,5 % = R$ 159,67 - R$ 112,43 (parcela a deduzir, ver tabela de cobrança do IRRF) = R$ 47,24 de IRRF a recolher.

Lucas	Salário	R$ 520,00
	Hora extra	R$ 40,00
	Desconto de falta	R$ 30,00
	Total	R$ 530,00

Salário-família – R$ 27,24 x 2 = R$ 54,48

INSS - R$ 580,00 x 8% = R$ 46,40

FGTS – R$ 580,00 x 8% = R$ 46,40

Base de Cálculo do IRRF – R$ 580,00 – está isento do pagamento de IRRF.

Ivo	Salário	R$ 620,00
	Hora extra	R$ 100,00
	Desconto de falta	R$ 20,00
	Total	R$ 700,00

Salário-família – R$ 19,19 x 3 = R$ 57,57

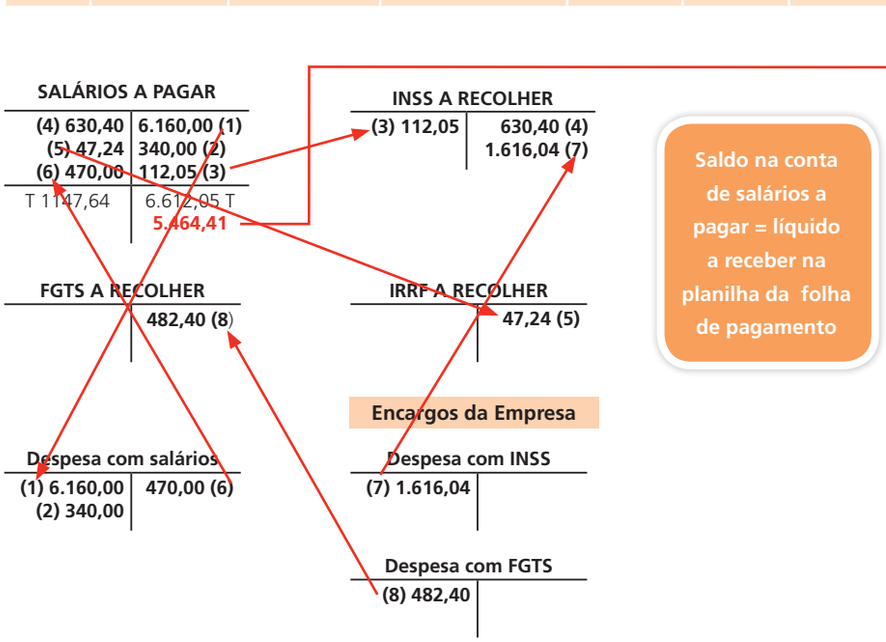
INSS - R$ 700,00 x 8% = R$ 56,00

FGTS – R$ 700,00 x 8% = R$ 56,00

Base de Cálculo do IRRF – R$ 700,00 – está isento do pagamento de IRRF.

Folha de Pagamento

Nome	Salário (1)	Hora extra (2)	Salário-família (3)	INSS (4)	IRRF (5)	Desconto de falta (6)	Líquido a Receber
André	R$ 1.800,00	R$ 200,00	-	R$ 209,00		R$ 100,00	R$ 1.691,00
Paulo	R$ 3.220,00	-	-	R$ 319,00	R$ 47,24	R$ 320,00	R$ 2.533,76
Lucas	R$ 520,00	R$ 40,00	R$ 54,48	R$ 46,40		R$ 30,00	R$ 538,08
Ivo	R$ 620,00	R$ 100,00	R$ 57,57	R$ 56,00		R$ 20,00	R$ 701,57
Total	**R$ 6.160,00**	**R$ 340,00**	**R$ 112,05**	**R$ 630,40**	**R$ 47,24**	**R$ 470,00**	**R$ 5.464,41**



Base de Cálculo INSS Empresa = sal 6.160,00 + extra 340,00 - falta = 6.030,00 * 26,8% = 1.616,04

Base de Cálculo FGTS = sal 6.160,00 + extra 340,00 - falta = 6.030,00 * 8% = 482,40

De acordo com o enquadramento, cada empresa possui uma porcentagem de encargos com relação ao INSS. Para o exemplo posto aqui, considera-se 26,8%.

20.5 Desconto de vale-transporte

O vale-transporte foi instituído pela lei federal 7.418/1985, e é obrigatório para as empresas.

Veja alguns pontos interessantes da lei que instituiu o vale-transporte.

Art. 1º - Fica instituído o Vale-Transporte, que o empregador, pessoa física ou

§ 1º - Equiparam-se ao trabalhador referido no caput deste artigo, para os benefícios

§ 2º - A concessão do Vale-Transporte cessará caso a convenção coletiva ou o

Art. 2º - O Vale-Transporte destina-se à sua utilização no sistema de transporte coletivo público, urbano, Intermunicipal ou interestadual com características semelhantes

Art. 3º - O Vale-Transporte, concedido nas condições e limites definidos, nesta Lei, no que se refere à contribuição do empregador:

a) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;
b) não constitui base de incidência de contribuição previdência ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
c) não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Art. 4º - Sem prejuízo da dedução como despesa operacional, a pessoa jurídica

(...)

((Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7418.htm)

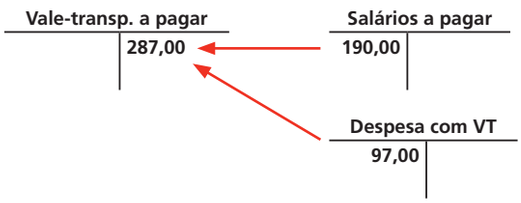
Do total de gasto com vale-transporte, uma parte será paga pela empresa e outra pelos trabalhadores (limite máximo de 6% do salário básico).

Cálculo do vale-transporte (VT)

Nome	Salário Básico (SB)	Gasto com VT no mês	Máximo a desconta 6% (S.B.)	Descontar empregado	Despesa para a empresa
Eva	R$ 800,00	R$ 114,00	R$ 48,00	R$ 48,00	R$ 66,00
Eli*	R$ 1.500,00	R$ 85,00	R$ 90,00	R$ 85,00	-
Iara	R$ 950,00	R$ 88,00	R$ 57,00	R$ 57,00	R$ 31,00
Total		**R$ 287,00**		**R$ 190,00**	**R$ 97,00**

*Observe que para o funcionário Eli, a única vantagem foi receber o vale-transporte antecipadamente, mas ele deverá reembolsar o total gasto, não havendo despesa para a empresa. Neste caso, é possível que o funcionário faça uma declaração mencionando não ter interesse na aquisição dos vales. Para todos os demais funcionários é vantagem o recebimento. Eles pagarão apenas parte do gasto com os vales, o restante do valor será custeado pela empresa, tornando-se despesa operacional.

20.5.1 Contabilizando o vale-transporte



O trabalhador, somente ele, poderá informar se tem ou não interesse em receber os vales, através de declaração. Se não for interessante para ele este recebimento (que poderá ter desconto de até 6% do salário básico) deverá preencher uma declaração, semelhante a que está abaixo:

Solicitação de vale-transporte

Empresa

Endereço

Cidade – UF

Nome do empregado

Função

CTPS - Série - UF

(__) Opto pela utilização do vale-transporte
(__) Não opto pela utilização do vale-transporte
Nos termos do artigo 7º do Decreto nº 95247, de 17 de novembro de 1987, solicito receber o vale-transporte e comprometo-me:

a) utilizá-lo exclusivamente para meu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

b) renovar anualmente ou sempre que ocorrer alteração no meu endereço residencial ou dos serviços e meios de transportes mais adequado ao meu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

c) autorizo a descontar até 6% (seis por cento) do meu salário básico mensal pelo custeio do vale-transporte (conforme o artigo 9º do Decreto nº 95247/87).

d) Declaro estar ciente de que a declaração falsa ou o uso indevido do vale-transporte constituem falta grave (conforme inciso 3º do art. 7º)

Minha residência atual:
Rua _____ Nº_____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____

MEIO DE TRANSPORTE

Residência-trabalho

Nome da(s) Linha(s): _____

Empresa ônibus: _____

Trabalho-Residência

Nome da(s) Linha(s): _____

Empresa ônibus: _____

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Empregado

Atividade de aprendizagem

Agora é a sua vez!!!

Faça o cálculo da folha de pagamento e contabilização, conforme abaixo:

Nome	Salário	Hora extra	Valor do VT concedido*	Salário-família	Dependente para IRRF	Desconto de falta
A	R$ 1.000,00	R$ 300,00	R$ 85,00	2 filhos	3 pessoas	R$ 120,00
B	R$ 4.100,00	-	-	1 filho	2 pessoas	R$ 220,00
C	R$ 700,00	R$ -	R$ 90,00	2 filhos	3 pessoas	R$ 30,00
D	R$ 650,00	R$ 100,00	R$ 70,00	3 filhos	4 pessoas	-

*Este foi o valor total de vales entregue ao empregado. Você deverá calcular a parte que é descontada em folha do empregado e quanto será despesa para a empresa.

*Considere como encargos da empresa com o INSS, o percentual de 26.8%.

A solução está no AVA ambiente virtual de aprendizagem. Faça e confira!

Oração do Contador

Sistema Contábil que estais no computador
Carregado seja o Vosso Programa
Venha a nós o vosso Balancete
Seja gerada a ficha de lançamento
Assim no Diário como no Razão
A contrapartida nossa de cada dia nos dai hoje,
Perdoai os nossos estornos
Assim como nós perdoamos quando há diferenças
Não nos deixeis cair em Auditoria
E livrai-nos da Fiscalização
Amém!

(Fonte: www.sesconserragaucha.com.br/curiosidades/piadas.asp acesso em 26/12/2009)

Referências

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: Ibpex, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova Lei das S.A.**, Lei n° 6.404, de 15-12-1976. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1993.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1993.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária.** 6 Ed. São Paulo : Atlas, 2008.

PEREZ JR, José Hernandez & BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1999.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Análise de Balanços**. São Paulo: Saraiva, 1993.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antonio Lopes de. **Luca Pacioli – Um mestre do renascimento**. 2ª Ed., Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004. Disponível em www.fbc.org.br/pdf/lucapacioli.pdf, acesso em 21/08/2010.

SCHNORR, Paulo Walter, Et al. **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Disponível em www.cfc.org.br/uparq/Livro_Escrituracao_contabil.pdf, acesso em 26/12/2009.

SILVA, Agnaldo. **Apostila Introdução à Contabilidade**. Disponível em www.facape.br/agnaldo/2602_Introducao_a_Contabilidade.pdf, acesso em 12/01/2010.

Sites

www.cfc.org.br, acesso em 12/01/2010.

www.cnb.org.br/CNBV/leis/lei6404_consolidada.htm, acesso em 12/01/2010.

www.cpc.org.br/pdf/CPC_04.pdf, acesso em 12/01/2010.

www.juliobattisti.com.br/tutoriais/rodrigosfreitas/conhecendocontabilidade010.asp, acesso em 12/01/2010.

www.mpas.gov.br, acesso em 12/01/2010

www.people.virginia.edu, acesso em 12/01/2010.

www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L6404consol.htm, acesso em 12/01/2010.

www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7418.htm, acesso em 12/01/2010.

www.portaldacontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm, acesso em 12/01/2010.

www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm, acesso em 20/01/2010.

www.portaldecontabilidade.com.br/obrigacoes/livrorazao.htm, acesso em 20/01/2010.

www.professortrabalhista.adv.br/tabela_de_incidência.htm, acesso em 12/01/2010

www.receita.fazenda.gov.br, acesso em 12/01/2010

www.sesconserragaucha.com.br/curiosidades acesso em 26/12/2009.

www.sesconserragaucha.com.br/curiosidades/piadas.asp acesso em 26/12/2009, acesso em 12/01/2010.

www.tesouro.fazenda.gov.br, Minuta do Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2009, acesso em 26/12/2009.

www.youtube.com/watch?v=qw5wbbPwXTg, História da Contabilidade, acesso em 12/01/2010.

Referência das figuras

Figura 1.2 - Retrato de Frei Luca Pacioli, obra de Jacopo De Barbari, 1495.
Fonte: http://tipografos.net/historia/lucapacioli.jpg

Figura 1.1 - Leonardo Fibonacci.
Fonte: www.alltomvetenskap.se

Figura 3.1 - Balança do patrimônio ativo e passivo.
Fonte: www.grupokeystone.com.br

12.1 Quadro Natureza dos Grupos de Contas.
Fonte: Minuta do Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 2009.

Figura 19.1 - Herman Hollerith
Fonte: www.people.virginia.edu.

Figura 19.2 – Cartão perfurado.
Fonte: www.people.virginia.edu.

Atividades autoinstrutivas

1. Na contabilidade, a análise interna é realizada por quais usuários?

a) Bancos e Investidores

b) Empregados

c) Governo

d) Concorrentes

e) Comunidade

2. A contabilidade surgiu com qual finalidade principal de:

a) Controlar as posses e riquezas do ser humano, ou seja, seu patrimônio.

b) Para organizar a documentação que começou a surgir após a descoberta da escrita.

c) Para estabelecer regras de registro universais.

d) Auxiliar a administração e produzir relatórios gerenciais.

e) Para retratar a importância do capitalismo no mundo moderno.

3. Assinale a alternativa que **não** é considerada função da contabilidade.

a) Registrar os fatos administrativos.

b) Demonstrar ao fisco o cumprimento da legislação tributária.

c) Demonstrar e controlar as mutações patrimoniais.

d) Fornecer dados para a tomada de decisões.

e) Planejamento, controle e execução dos bens da empresa.

4. Assinale a alternativa que retrata o aspecto qualitativo dentro da contabilidade.

a) O nome técnico que reflete a quantidade do elemento que representa e seu valor monetário.

b) O nome técnico que identifica a qualidade do bem que está registrado.

c) O nome técnico que identifica o tempo de vida útil do bem registrado.

d) O nome técnico que especifica o estado de conservação do bem.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

5. Assinale a opção que retrata o aspecto quantitativo dentro da contabilidade.

a) O nome técnico que reflete a quantidade do elemento que representa e seu valor monetário.

b) O nome técnico que identifica a qualidade do bem que está registrado.

c) O nome técnico que identifica o tempo de vida útil do bem registrado.

d) O nome técnico que especifica o estado de conservação do bem.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

6. Assinale a alternativa que explica o que vem a ser patrimônio de uma pessoa física ou jurídica.

a) É o conjunto de bens e direitos.

b) É o conjunto de bens, direitos e obrigações.

c) É o conjunto de bens tangíveis e intangíveis.

d) É o conjunto de bens e obrigações.

e) É o conjunto de todos os bens, independente de sua classificação.

7. Para classificar um elemento como Ativo na contabilidade ele precisa preencher alguns requisitos. Assinale a alternativa que **não** é um desses requisitos:

a) Ser mensurável monetariamente.

b) Trazer benefícios presentes ou futuros.

c) Ser de natureza durável.

d) Ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa.

e) Constituir bem ou direito da empresa.

8. As obrigações na contabilidade também são conhecidas como:

a) Direitos.

b) Créditos.

c) Bens.

d) Exigível.

e) Débitos.

9. O patrimônio líquido é representado no lado do Passivo, com qual finalidade?

a) Para que os sócios saibam onde está o registro de seus valores na empresa,

b) Para demonstrar a origem de todos os recursos da empresa.

c) Para haver o equilíbrio no balanço patrimonial.

d) Para distinguir dos outros elementos do patrimônio.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

10. Assinale a alternativa **correta** com relação a origem de recursos:

a) Representa o local onde os recursos da empresa estão investidos

b) Representa onde a empresa conseguiu os recursos, ou a fonte de recursos

c) Está representada no lado do Ativo da empresa

d) É onde a empresa está empregando seus recursos

e) É composto unicamente pelo capital social.

11. Qual alternativa é composta apenas por direitos da empresa?

a) Fornecedores, duplicatas a receber e títulos a receber.

b) Clientes, ICMS a recuperar e empréstimo a sócios.

c) Valores a receber, empréstimo a pagar e FGTS a recolher.

d) Empréstimo de sócio, contas a receber e IPI a recuperar.

e) Nenhuma das alternativas.

12. Com relação ao Balanço Patrimonial é **correto** afirmar:

a) O lado do ativo é o lado dos elementos negativos.

b) O lado do passivo é o lado dos elementos positivos.

c) O total do ativo é igual ao total do passivo.

d) Os bens e direitos estão representados no lado do passivo.

e) As obrigações e Patrimônio Líquido estão registrados no lado do ativo.

13. As contas de resultado são compostas por:

a) Receitas e despesas.

b) Bens e direitos.

c) Obrigações e o patrimônio líquido.

d) Resultado do exercício.

e) Lucros ou prejuízos.

14. Assinale a alternativa que apresenta somente elementos de receita.

a) Juros ativos, venda de serviços e desconto obtido.

b) Venda de mercadoria, juros passivos e depreciação.

c) Descontos concedidos, venda de mercadoria.

d) Aluguéis ativos, duplicadas a receber e venda de serviços.

e) Nenhuma das alternativas.

15. Na apuração do resultado do exercício, quando as despesas são maiores do que a receita, a empresa tem:

a) Reserva de lucro

b) Lucro do exercício

c) Prejuízo acumulado

d) Prejuízo do exercício

e) Dividendos.

16. O que é situação patrimonial líquida superavitária?

a) É aquela que ocorre quando o conjunto de bens e direitos é menor do que as obrigações.

b) É aquela que ocorre quando o conjunto de bens e direitos é igual às obrigações.

c) É aquela que ocorre quando o conjunto de bens e direitos é maior do que as obrigações.

d) É também conhecida como situação líquida passiva.

e) Nenhuma das alternativas.

17. Analisando as contas abaixo, responda:

Veículos	R$ 5.000,00
Móveis	R$ 5.000,00
Máquinas	R$ 2.000,00
Caixa	R$ 3.000,00
Fornecedores	R$ 4.000,00
Impostos a Recuperar	R$ 300,00
Duplicatas a Pagar	R$ 11.000,00
Empréstimo a Pagar	R$ 800,00

a) A situação líquida patrimonial é positiva ou superavitária

b) A situação líquida patrimonial é negativa ou deficitária

c) A situação líquida patrimonial é nula

d) A situação líquida patrimonial não é possível apurar

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

18. Qual das demonstrações abaixo **não** é obrigatória de acordo com a lei 6.404/76, alterada pela lei 11.638/07.

a) Balanço Patrimonial.

b) Demonstração do Fluxo de Caixa.

c) Demonstração do Resultado do Exercício.

d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

e) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

19. O que mostra o Balanço Patrimonial?

a) Mostra se no exercício (ano) a empresa obteve lucro ou prejuízo, detalhando as receitas e despesas responsáveis por este resultado.

b) Mostra o destino dado ao lucro da empresa no período, ou o motivo do aumento do prejuízo.

c) Mostra as movimentações ocorridas no caixa, proveniente das atividades operacionais da empresa, de financiamento e de investimento. Indica também a origem e aplicação dos recursos da empresa.

d) Mostra o patrimônio da empresa numa determinada data.

e) Mostra o número de contas movimentadas durante o exercício social.

20. Atualmente o Passivo é composto por quais contas? Leve em consideração a Lei 6.404/76 e as alterações da lei 11.941/09.

a) Circulante, Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.

b) Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido.

c) Exigível a Curto Prazo, Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.

d) Obrigações e Patrimônio Líquido.

e) Origem de recursos de terceiros e origem de recursos próprios.

21. O que diferencia um direito ou uma obrigação de curto prazo, de um direito ou obrigação de longo prazo?

a) O tempo de recebimento ou pagamento, sendo considerado de curto prazo o que for recebido ou pago dentro do exercício

b) O tempo de recebimento ou pagamento, sendo considerado de curto prazo o que deverá ser recebido ou pago até o final do exercício subsequente

c) O número de parcelas negociadas com o cliente ou fornecedor, serão de curto prazo as primeiras 12 parcelas.

d) A quantidade de negociações realizadas com o cliente ou fornecedor será de curto prazo aquele que tiver negociado poucas vezes com a empresa

e) O tempo em que o fornecedor ou cliente está cadastrado na empresa será considerado de curto prazo (o fornecedor ou cliente) aquele que tiver cadastro com menos de um ano.

22. O que são bens intangíveis para a contabilidade?

a) Os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

b) As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.

c) Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

d) As disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social.

e) Os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas.

23. O passível exigível é composto por:

a) Passivo circulante

b) Passivo circulante e passível não circulante

c) Passivo circulante, passível não circulante e patrimônio líquido

d) Exigível a curto prazo

e) Capital social, reservas e lucro ou prejuízo do exercício.

24. O que é grau de liquidez na contabilidade?

a) É a possibilidade de componentes se transformarem ou se realizarem dinheiro.

b) É o respeito à prioridade de pagamento por exigência de terceiros que tem direito ao recebimento.

c) E a disponibilidade que pode ser imediata ou quase imediata.

d) É o valor a receber de curto prazo.

e) É o conjunto de bens líquidos dentro do ativo.

25. Qual das contas abaixo **não** faz parte do grupo Estoques?

a) Matéria-prima.

b) Produtos em Elaboração.

c) Clientes.

d) Produtos Acabados.

e) Material de Embalagem.

26. Qual dos subgrupos abaixo, **não** pertence ao grupo Patrimônio Líquido?

a) Capital social.

b) Reservas de capital.

c) Ações em tesouraria.

d) Prejuízos acumulados.

e) Exigível a longo prazo.

27. Assinale a alternativa **incorreta** que discrimina a demonstração do resultado do exercício:

a) As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.

b) A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.

c) A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.

d) O valor a receber de clientes e os valores a pagar para fornecedores no período do exercício social vigente.

e) O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

28. O que diferencia o Balanço Patrimonial da Demonstração do Resultado do Exercício?

a) No balanço são classificadas as contas de resultado, e na DRE as contas patrimoniais.

b) O balanço mostra a situação econômico-financeira da empresa em um determinado período, e a DRE mostra a eficiência da empresa em suas atividades operacionais.

c) No balanço estão os valores positivos, e na DRE estão os valores negativos da empresa.

d) Não há relação entre o Balanço e a DRE. As contas são independentes e os valores das contas de uma demonstração não interferem na da outra.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

29. Assinale a alternativa incorreta com relação ao plano de contas.

a) É um conjunto de contas, ordenado segundo as diretrizes legais que orientam os registros contábeis.

b) É um instrumento de trabalho que permite identificar todas as contas que poderão ser utilizadas pela empresa.

c) Não necessita de flexibilização, uma vez que é possível trabalhar com um modelo, aplicável às empresas com características semelhantes, onde já estarão contempladas todas as contas que a empresa poderá utilizar.

d) É elaborado respeitando a necessidade de cumprimento da legislação em vigor e as características da empresa.

e) Não há um número máximo ou mínimo de contas.

30. Conforme o esquema de contabilização aprendido, quando uma conta de ativo está aumentando deve-se fazer um lançamento na conta:

a) A crédito no ativo, pois o ativo aumentando, aumenta o crédito.

b) A débito no ativo, pois aumenta o ativo e a natureza da conta do ativo é devedora.

c) A crédito no passivo, pois aumentando o ativo deve aumentar o passivo para haver igualdade no balanço patrimonial.

d) A débito no passivo, pois para aumentar o ativo, foi necessário constituir um débito com terceiros.

e) Nenhuma das alternativas.

31. Qual dos elementos abaixo não é obrigatório no registro contábil?

a) O valor da transação.

b) A data da ocorrência da transação.

c) A conta de ser debitada.

d) A conta a ser creditada.

e) O número de registros anteriores no período.

32. Qual das alternativas apresenta uma formalidade extrínseca dos livros contábeis?

a) Adotar idioma e moeda nacional.

b) Possuir clareza e exatidão.

c) Seguir método uniforme de escrituração.

d) Termos de abertura e encerramento.

e) Utilizar forma e padrão contábil.

33. Com relação aos atos e fatos administrativos, assinale a alternativa **correta**:

a) Fatos administrativos modificativos - São aqueles que trocam valores entre os elementos do ativo ou passivo, sem alterar o patrimônio líquido.

b) Fatos administrativos permutativos – São aqueles que provocam modificações no Patrimônio Líquido.

c) Todos os atos administrativos produzem alterações no patrimônio ou no resultado, devendo ser registrados na contabilidade.

d) Nos fatos permutativos pode haver troca entre os elementos do ativo, passivo e de resultado.

e) Nos fatos modificativos envolvem na maioria das vezes, contas patrimoniais e de resultado, por modificar o patrimônio líquido.

34. A Conta Custo da Mercadoria Vendida é uma conta de despesa, que vai diminuir o resultado da empresa, por isso é registrada do lado do débito. A contrapartida, ou seja, o lançamento a crédito do CMV deverá ser feito em qual conta?

a) Caixa.

b) Banco.

c) Clientes.

d) Estoques.

e) Lucro ou Prejuízo Acumulado.

35. Uma conta de receita sempre vai gerar:

a) A saída de dinheiro ou uma dívida.

b) Dinheiro ou um direito.

c) Um custo operacional.

d) Um contrato.

e) Nenhuma das alternativas.

36. Balancete de Verificação é:

a) Um balanço patrimonial feito exclusivamente para verificação dos valores lançados.

b) É uma planilha em que se faz todos os lançamentos a débito e crédito.

c) É o instrumento utilizado para detectar se houve fraude ou omissão de lançamentos.

d) É um pequeno balanço utilizado para verificar os saldos das contas antes da realização dos ajustes necessários.

e) É o documento que substitui o Balanço Patrimonial para fins de auditoria e perícia fiscal.

37. Qual das alternativas **não** faz parte do roteiro para elaboração da Apuração do Resultado do Exercício?

a) Fazer a apuração dos impostos a recolher ou recuperar.

b) Elaboração do Balancete de Verificação, extraindo-se os saldos dos razonetes.

c) Transferir saldos das contas de despesas e receitas para a conta Resultado do Exercício.

d) Apurar o saldo da conta resultado do exercício.

e) Transferir o saldo da conta resultado do exercício para a conta patrimonial Lucros ou Prejuízos Acumulados.

38. Com relação ao regime de Caixa e de Competência é correto afirmar:

a) No regime de caixa as receitas e despesas são contabilizadas no período em que foram geradas.

b) No regime de competência, as receitas e despesa são contabilizadas no momento da movimentação financeira.

c) Segundo os princípios fundamentais da contabilidade, deve-se usar principalmente o regime de caixa.

d) O regime de competência não é aceito e recomendado pela legislação do Imposto de Renda.

e) Nenhuma das alternativas.

39. Assinale a alternativa que retrata o princípio fundamental da Oportunidade.

a) O patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

b) A vida da empresa deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

c) A tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinam que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

d) Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

e) As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

40. A Resolução 900/2001 do CFC, que trata da atualização monetária, apresenta algumas regras. Assinale a alternativa que apresenta uma regra que **não** está na resolução citada:

a) A aplicação do "Princípio da Atualização Monetária" é compulsória quando a inflação acumulada no triênio for de 100% ou mais.

b) A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.

c) A aplicação compulsória do "Princípio da Atualização Monetária" deverá ser amplamente divulgada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

d) Quando a taxa inflacionária acumulada no triênio for inferior a 100%, a aplicação do Princípio da Atualização Monetária somente poderá ocorrer em demonstrações contábeis de natureza complementar às demonstrações de natureza corrente, derivadas da escrituração contábil regular.

e) A inflação acumulada será calculada com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), apurado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, por sua aceitação geral e reconhecimento por organismos nacionais e internacionais.

41. Assinale a alternativa que **não** considera ser requisito mínimo da folha de pagamento:

a) Cargo ou Função.

b) Número do CPF dos empregados.

c) Nome dos empregados.

d) Valor bruto dos salários.

e) Valor dos descontos.

42. Segundo a tabela de incidências, qual remuneração **não** é tributada para fins de cálculo do INSS?

a) Adicional de Insalubridade.

b) Adicional noturno.

c) 1ª parcela do 13º salário.

d) Horas extras.

e) Descanso semanal remunerado.

43. Qual das alternativas **não** é uma dedução para a base de cálculo do imposto de renda, na folha de pagamento?

a) As importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais.

b) O valor de R$ 150,69 (cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) por dependente.

c) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

d) O desconto de faltas.

e) O desconto por ocasião de vales no mês.

44. Com relação ao vale-transporte, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

b) Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

c) Não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

d) O empregador restitui 6% (seis por cento) do salário básico do trabalhador, independente do custo com os vales transportes.

e) Foi instituído pela lei federal 7.418/1985, é obrigatório para as empresas.

45. Despesas do Exercício Seguinte, é um subgrupo de qual grupo?

a) Ativo Circulante

b) Ativo Não Circulante

c) Passivo Circulante

d) Passivo Não Circulante

e) Despesas.

46. O Exigível a Longo Prazo difere das demais obrigações da empresa, em quê?

a) Em nada, com o passar do tempo as contas do exigível a longo prazo passam para o passivo circulante.

b) No prazo de pagamento.

c) Apenas na nomenclatura das contas, que são diferentes para não confundir com as demais obrigações.

d) Apenas no valor, pois as dívidas de longo prazo têm valores mais elevados.

e) Nenhuma das alternativas.

47. Assinale a alternativa que identifica as contas que são classificadas nas reservas de lucros.

a) As que apresentam os aumentos ou reduções de valores do ativo ou passivo, em função do valor real de mercado.

b) As que apresentam valores emitidos pela empresa, não destinados a aumento do capital social e que não passaram pelo resultado.

c) As referentes à compra no mercado de ações de suas próprias ações.

d) As contas referentes a valores retidos do lucro, para uma destinação específica.

e) As contas que refletem a soma dos valores negativos do resultado que são acumulados em um ou mais exercícios.

48. O pai da contabilidade é:

a) Antonio Lopes de Sá.

b) Carlos Alberto de Ávila.

c) Ciro Bächtold.

d) Francesco Villa.

e) Luca Pacioli.

49. A evolução da contabilidade passou por algumas fases. Com base nesta afirmativa, assinale a alternativa cuja fase não foi retratada no material de estudo.

a) Contabilidade do mundo antigo.

b) Contabilidade do mundo científico.

c) Contabilidade do mundo contemporâneo.

d) Contabilidade do mundo moderno.

e) Contabilidade do mundo medieval.

50. Levando em consideração os lançamentos abaixo, assinale a alternativa que apresenta o resultado do exercício encontrado no período:

I) Constituição de uma empresa com capital social de R$ 10.000,00 em dinheiro.

II) Compra de mercadoria para revenda por R$ 7.000,00 pagando R$ 2.000,00 à vista.

III) Venda de mercadoria no valor de R$ 8.000,00, recebendo R$ 3.000,00 à vista.

IV) Despesas do mês: Água R$ 50,00 b) Luz R$ 70,00 c) Material Expediente R$ 40,00 d) Salário R$ 1.500,00 e) O Estoque final apurado no final do período foi de R$ 2.000,00.

a) Lucro de R$ 1.340,00.

b) Prejuízo de R$ 1.340,00.

c) Lucro de R$ 2.000,00.

d) Prejuízo de R$ 2.000,00.

e) Nenhuma das alternativas.

Currículo do professor-autor

Ciro Bachtold

É mestrando em Gestão Urbana (PUC/PR); especialista em Administração Pública pelo Complexo de Ensino Superior do Brasil (UNIBRASIL); pós-graduado em Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica de Administração e Economia (UNIFAE); técnico em Administração de Empresas pelo Colégio Estadual Campos Sales.

Atuou 18 anos como servidor público municipal em Campina Grande do Sul/PR, ocupando cargos de secretário municipal, diretor de tributação, contador, fiscal de tributos, oficial, assistente e auxiliar de administração.

Atualmente é (1) diretor do campus avançado do Instituto Federal do Paraná em Campo Largo/PR. (2) professor de Contabilidade do IFPR; representante do IFPR no conselho superior; (4) coordenador do curso superior de tecnologia em Gestão Pública e do curso de especialização em Gestão Pública, e (5) vice-coordenador do curso técnico em Contabilidade, no ensino presencial.